



Índice

- 01** Três índios tupinambás são mortos em comunidade no sul da Bahia
- 02** Índios da Amazônia no Tiro com Arco nos jogos de 2016
- 03** Prisão de índio motiva tribo a bloquear BR 101; Ele é liberado após protesto
- 04** Fazendeiros criam fundo para financiar “guerra” contra índios
- 05** Indígena desaparece em MS após bando armado expulsar guaranis-kaíowás de fazenda
- 06** Carta dos povos indígenas de Goiás e Tocantins para Dom Tomás Balduino
- 07** Índios resistem a ordem de reintegração de posse no MS
- 08** Indígenas sofrem atentado a tiro em Parelheiros
- 09** Participantes da UPMS de Brasília cobram atuação do MP na defesa de direitos
- 10** Três indígenas Tupinambá são mortos a tiros na região da Serra do Padeiro, área de conflito no sul da Bahia
- 11** Até quando vamos esperar uma mega chacina indígena? Os mortos “isoladamente” não valem nada? Qual o papel da mídia? E o seu?, por Alceu Castilho
- 12** Comunidade Cigana reivindica Políticas Públicas na III – CONAPIR
- 13** Votação de propostas encerram as atividades da III CONAPIR



- 14 Conferência é encerrada com pedidos por mais políticas públicas para comunidades tradicionais
- 15 A exploração econômica e os conflitos em terras indígenas
- 16 XII Jogos dos Povos Indígenas seguem até dia 16 de novembro
- 17 Nota de esclarecimento às informações divulgadas sobre as ocupações indígenas no município de Japorã
- 18 Informativo Aty Guasu: "Justiça Federal de Navirai autoriza reocupar a terra indígena Yvy Katu só mais dez dias... Acabou o tempo e a paciência Guarani"
- 19 Desaprendendo na escola, por José Ribamar Bessa Freire
- 20 Desafios de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas/PNGATI: processos formativos em gestão territorial no Brasil
- 21 A canoa do tempo, por José Ribamar Bessa Freire
- 22 GUARAPUAVA - Falta de espaço para acolher índios é tema de reunião
- 23 Índios têm acesso à internet e oficinas digitais
- 24 SUSPEITO DE ENCOMENDAR MORTE DE ÍNDIOS EM UNA É PRESO
- 25 Índios protestam em enterro contra morte de três pessoas na Bahia
- 26 Código Solar produz série sobre índios para CineBrasilTV
- 27 MPF debate o direito à consulta prévia com índios Munduruku
- 28 Governo suspende demarcação de terras indígenas no sul
- 29 Três Tupinambá são assassinados na Bahia, em contexto de disputa fundiária



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

-
- 30** Após negociações, índios liberam trecho de linha férrea em Ortigueira
 - 31** Supremo suspende ampliação de terra indígena entre MT e Pará
 - 32** A integração nos Jogos Indígenas
 - 33** Seminário debate sobre alimentação indígenaSeminário debate sobre
alimentação indígena
 - 34** Seminário em Brasília reúne mulheres indígenas das cinco regiões
 - 35** Agricultores quilombolas ganham reforço no processo produtivo
 - 36** Quilombolas pedem regularização de remédios fitoterápicos, em Goiás



Três índios tupinambás são mortos em comunidade no sul da Bahia

SÍTIO REPÓRTER MT, 9.11.2013

Segundo lideranças indígenas, trio foi cercado por homens armados.

G1
DA REDAÇÃO

Três índios tupinambás foram mortos na noite da sexta-feira (9) na comunidade de Acuípe, entre os municípios de Ilhéus e Una, no sul da Bahia. Segundo lideranças indígenas da área, os três índios tinham acabado de sair de uma fazenda quando foram cercados por homens armados.

As vítimas, de 28 anos, 36, 30 receberam vários tiros. A Polícia Federal aguarda um representante da Fundação Nacional dos Índios (Funai) para ir até a área do conflito.

Disputa

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, desembarcou em Salvador para intermediar o conflito entre índios e produtores rurais pela posse da terra no sul da Bahia. O evento aconteceu no dia 25 de outubro, quando o ministro se encontrou com representantes das duas partes em reuniões separadas. O governador da Bahia, Jaques Wagner, também esteve presente nas reuniões.

Um grupo de índios da tribo Tubinambá permaneceu na porta da Fundação Luís Eduardo Magalhães, local onde o evento era realizado, enquanto outro grupo participava da reunião.

"Nós temos uma equipe discutindo um plano de segurança para área, exatamente para que a gente garanta a pacificação até que saia uma decisão final, que só será possível pela Justiça. Ou, se for possível, aquilo que a gente está tentando construir, que é uma mesa de mediação", afirmou o governador.

A área em disputa tem 47 mil hectares e está localizada em Ilhéus, Una e Buerarema, na região sul da Bahia. Segundo um estudo da Funai, feito há 18 anos, o local é originalmente ocupado por famílias indígenas. Atualmente, 600 propriedades rurais estão nessa área. Desde agosto, a Força Nacional de Segurança está na região por causa da intensificação dos conflitos, com invasões e protestos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

O relatório da Funai está sob análise do Ministério da Justiça, mas índios e fazendeiros querem agilidade na decisão. "Os índios, obviamente, querem um rápido desfecho para a demarcação. Os produtores, ao contrário, alegam a nulidade do processo. Nós vamos analisar tudo isso com a maior imparcialidade, equilíbrio. Agora, tendo como pressuposto que se fique em paz. Casos de abuso não vão ajudar, só vão prejudicar o processo e as coisas vão ficar amarradas", disse o ministro.

Índios da Amazônia no Tiro com Arco nos jogos de 2016

SÍTIO HOJE EM DIA, 9.11.2013



Criados na floresta, índios são esperança de medalha para o Brasil no Tiro com Arco nas Olimpíadas

No coração da Amazônia, uma equipe especial está treinando duro para entrar na seleção brasileira de tiro com arco e participar das Olimpíadas do Rio - 2016. Seis jovens índios - sendo uma mulher-, de 14 a 19 anos, já foram selecionados e estão em preparação intensa para participar, pela primeira vez na história do país, dos Jogos Olímpicos.

Em menos de um ano, 80 índios participaram da seletiva e seis foram escolhidos. São das etnias Kambeba, Karapãna, Baré e Tykuna, já passaram três temporadas na Vila Olímpica de Manaus, sendo treinados por uma equipe de peso sob os cuidados do técnico Roberval Fernando dos Santos, com extenso currículo e medalhas em competições internacionais e campeão brasileiro de tiro com arco.

Se depender da intimidade desses meninos com o esporte, não é exagero dizer que a equipe brasileira estará reforçada em 2016. Afinal, nascidos e criados na floresta, tiveram como primeiro brinquedo o arco e flecha. Uma tradição forte, passada de pais para filhos de geração em geração.

"O arco e flecha é inato neles. É o primeiro brinquedo e a paixão e intimidade que eles têm com esses objetos é impressionante. Fiquei assustada com a facilidade de transição que os escolhidos tiveram. Atleta nenhum entra em treinamento de alto rendimento em menos de um

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

ano”, ressalta a “caça-talentos”, a professora de Educação Física, Márcia Lot, responsável pelas seletivas nas aldeias.

As diferenças quanto ao tipo de arco e flecha utilizado pelos índios e os de competição são muitas (tipo de material e peso), mas Márcia pontua que eles têm uma técnica apurada de mira, o que os deixa em vantagem em relação a outro esportista. “Eles caçam uma arara voando a 100 metros de altura. Nosso desafio é misturar essa sabedoria tradicional com a tecnologia de ponta dos esportes olímpicos”.

Os jovens indígenas precisam deixar a aldeia e viajar 60 quilômetros de barco, por mais de uma hora, até a cidade grande. Apesar disso, todos estão animados. “Este projeto foi um resgate da autoestima dos indígenas, usando o que eles fazem de melhor, a arquearia. É ainda um resgate da cultura deles”, explicou Márcia, que se infiltrou nas aldeias com a ajuda de órgãos protetores da cultura indígena.

SAIBA MAIS

* Ao serem retirados de suas aldeias para o treinamento intensivo no tiro com arco, Marcia Lot diz que os atletas das aldeias terão tratamento diferenciado e acompanhamento psicológico. “São mudanças pessoais radicais. Muitos nunca tinham saído de suas tribos por muito tempo”.

* Atualmente os seis novos atletas selecionados nas comunidades indígenas estão em suas aldeias em “férias” dos treinamentos.

* O projeto está sendo analisado pelo Ministério do Esporte que, no dia 30 deste mês, divulgará se esses jovens terão auxílio financeiro profissional, como o Bolsa Atleta.

Prisão de índio motiva tribo a bloquear BR 101; Ele é liberado após protesto
SÍTIO ALOGOAS 24H, 9.11.2013

Ele foi preso com uma espingarda de fabricação caseira.



Índios bloqueam BR 101 Norte

A prisão de um índio da Tribo Wassu Cocal foi o motivo para o bloqueio, por mais de oito horas, da BR 101 Norte, no município de Joaquim Gomes, a 70 km de Maceió. Ela só foi liberada após a liberação do indígena – que terá a sua identidade preservada – já na madrugada deste sábado, 9.

Segundo um agente de Polícia Civil da Delegacia de Novo Lino, o índio foi detido com uma espingarda caseira (conhecida como 'soca tempero') e que uma guarnição do Pelotão de Policiamento Especiais da Polícia Militar (Pelopes) foi acionada pela comunidade. O acusado alegou – em depoimento – que estava retornando de uma caçada na mata.

Após a prisão, o índio foi conduzido para a cidade de Joaquim Gomes e logo após reconduzido para a Distrital de Novo Lino.

Mas, revoltados com a situação, cerca de 300 índios da tribo Wassu Cocal bloquearam a rodovia, no início da noite desta sexta e a liberou as 2h da madrugada deste sábado. Para o bloqueio, eles utilizaram galhos de árvores e galhos de árvores, bloqueando os dois sentidos da rodovia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

Familiares do indígena preso alega que a polícia manteve o acusado na viatura durante horas, além de gastar “todo o combustível da motocicleta”, assim declarou ao Alagoas24horas uma sobrinha do índio que não quis se identificar.

Fazendeiros criam fundo para financiar “guerra” contra índios

SÍTIO AMAMBAI NOTÍCIAS, 9.11.2013

Fonte: Acrissul

A criação de milícia é parte do plano de fazendeiros de Mato Grosso do Sul que planejam uma espécie do que eles chamam de contra-ataque aos índios que ocuparam suas terras. Hoje, em MS, segundo cálculos dos produtores rurais, ao menos 70 áreas rurais estão sob o domínio de índios.

Ontem à noite, no auditório da Associação dos Criadores de MS (Acrissul), em torno de 50 produtores rurais discutiam a promoção de leilões de gado como meio de arrecadar dinheiro e, com isso, custear a contratação de empresas de segurança para proteger as áreas rurais e também para bancar recursos judiciais.



Reunião. O presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) fala sobre a “guerra” por terras contra os indígenas

O presidente da Acrissul, Chico Maia, idealizador da proposta do leilão não quis admitir o termo milícia (organizações militares ou paramilitares compostas por cidadãos comuns, armados ou com poder de polícia que teoricamente não integram as forças armadas) contudo, ao expor o objetivo seu argumento deixou a entender que os fazendeiros, “já desacreditados no Estado e no Poder Judiciário”, precisam logo de uma mobilização. “A Constituição garante é direito de o cidadão defender seu patrimônio, sua vida. Guarda, segurança, custa dinheiro. Para entrarmos numa batalha precisamos de recurso. Imagine se precisamos da força de 300 homens, precisamos de recurso para mobilização”, disse Chico Maia.

A insatisfação dos fazendeiros cujas áreas foram ocupadas por comunidades indígenas está relacionada com a promessa do governo federal que, em junho passado, quatro meses atrás, prometeu agir nos conflitos agrários. Pelo anunciado até agora, a União deve pagar pela propriedade que pode ser transformada em aldeias indígenas. Ocorre que os produtores disseram que se até o dia 30 deste mês, daqui a 22 dias, o governo federal não cumprir o prometido, a classe vai se mobilizar.

“Vamos recorrer até a Organização das Nações Unidas (ONU) para exigir defesa aos nossos direitos. O índio invade, o fazendeiro sai, recorremos, a Justiça determina a reintegração de posse, mas nada disso acontece. Isso ocorre dada a impotência do governo. Estamos vivendo o

CONT.



período da lei medieval, quando tudo era olho no olho”, disse o advogado Newley Amarilla, defensor de 12 causas de proprietários com terra ocupada por índio, principalmente na região de Sidrolândia. “Daqui em diante cada um vai ter que cuidar do que é seu”, disse o advogado.

O vice-presidente da Acrissul, Jonathan Barbosa, repetiu suas declarações dadas no Senado, semana passada: “vivemos um momento delicado e pode haver confronto, derramamento de sangue”. Barbosa disse ter conversado com produtores fora de suas áreas e disse ter “sentido de perto” o risco de conflitos. “Os fazendeiros tirados de suas terras disseram que vão voltar às áreas de um modo ou de outro”, disse. “Não queremos confrontos, isso não interessa a ninguém, mas depois do dia 30 a gente não sabe o que vai acontecer.

“Até agora todos os prazos concedidos para pôr um fim aos litígios acabaram não sendo cumpridos e a solução para o problema só se arrasta. Este [dia 30] é o prazo final”, disse Chico Maia.

A última investida dos índios ocorreu em Japorã, na fronteira de MS com o Paraguai. Lá, a comunidade ocupa 14 propriedades, segundo os ruralistas. Os índios aguardam a homologação da área, tida por estudo da Funai como território indígena.



Indígena desaparece em MS após bando armado expulsar guaranis-kaiowás de fazenda

SÍTIO COXIM AGORA, 9.11.2013

O indígena guarani-kaiowá Martins Galto de 66 anos, está desaparecido desde o dia 28 de outubro de uma fazenda localizada próxima a Vila São Luiz e a Coamo Agroindustrial Cooperativa na cidade de Aral Moreira (402 km de Campo Grande).

“Chegaram dando tiros, eles tinham revólver, espingarda calibre 12. Levaram cerca, barracas, tudo nosso. Voltamos depois para procurar mais não achamos meu pai”, disse Reginaldo Galto, 37, filho de Martins.

De acordo com familiares, aproximadamente 45 indígenas estavam na região, desde o dia 23 do mesmo mês, quando oito pessoas, em uma caminhonete Hilux preta, fortemente armados foram ao local e deram tiros em direção aos índios.

A Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília confirmou o desaparecimento. “Na hora ele falou vamos se separar que é melhor, depois disso eu não vi mais ele”, “A Funai daqui disse que íamos no Ministério Público nesta sexta-feira (8), só que depois disseram que vai ficar para segunda-feira (11), mais dois dias ainda”, diz.

De acordo com Reginaldo, a área de demarcação de terras indígenas compreende a aproximadamente 8 mil hectares na região. A Polícia Federal da cidade de Ponta Porã, responsável pela região informou que não foi comunicada do fato.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

Carta dos povos indígenas de Goiás e Tocantins para Dom Tomás Balduino
SÍTIO CIMI, 9.11.2013

Carta à Dom Tomás Balduino
Bispo de Goiás (GO)

Por Antônio Veríssimo da C. Apinajé.
Liderança do povo Apinajé do estado do Tocantins.

Prezado companheiro,

Após nossos sinceros cumprimentos em nome do povos Apinajé, Krahô, Krahô Kanela, Xerente e Tapuia, comunicamos que fomos informados de sua internação em UTI de hospital da cidade de Ceres (GO). Também já sabemos que foi transferido e se encontra hospitalizado em Goiânia (GO).

Todas essas notícias nos deixaram profundamente entristecidos e abalados. Diante dessa situação pedimos que nos compreenda e nos desculpe por não poder visitá-lo neste momento. Porém, queremos que saiba de nosso respeito e consideração a sua história e sua luta. E que apesar das distâncias geográficas, mesmo assim estamos juntos com você em mais essa batalha, agora em defesa de sua própria Vida.

Nós, os Povos Indígenas dos estados de Tocantins e Goiás, somos muito gratos a você. Para nós você é um Mestre, Conselheiro, Profeta, um defensor inalienável e convicto da Causa e da Vida dos povos marginalizados, escravizados e excluídos.

Temos Fé e acreditamos que nosso Deus também está junto com você nessa batalha pela vida, por que nosso Pai jamais abandonará um varão justo numa hora difícil. E você é um ser humano justo, digno e honrado, que está cumprindo a sua nobre missão; praticando a Justiça e promovendo a Paz.

Dom Tomás veja que bela e exemplar história de resistência você está escrevendo e "imprimindo" junto com os Povos Indígenas e Movimentos Sociais desse País. Um bom pastor, sempre armado com a verdade e munido com sabedoria cristã; às vezes, voando em céus de turbulências; às vezes, navegando em águas agitadas ou trilhando os caminhos espinhentos dessa América Latina. Você nunca se intimidou e nem se curvou diante da arrogância e da prepotência dos tiranos.

Nessa caminhada você tem nos ajudado a fazer o bom combate; assim junto com outros lutadores você fundou o CIMI e a CPT, trincheiras seguras para denunciar e lutar contra as

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

injustiças sociais, as violências, o preconceito, a escravidão, o latifúndio e a pistolagem, que também são as piores “doenças” que geram a morte. Nessa guerra temos contabilizado muitas vitórias; se lembra de algumas?

Nesse momento de sua Vida você nos dá maior lição de amor ao próximo. Esse gesto Guerreiro nos fortalece e nos enche de esperança; na certeza que temos que continuar lutando pelas crianças, pelos idosos, pelos empobrecidos e excluídos. A nossa luta por dignidade e Direitos humanos não tem fronteiras e é contínua. Até breve grande Guerreiro da Paz, nós vamos vencer!!!

Terra Indígena Apinajé

09 de novembro de 2013



Índios resistem a ordem de reintegração de posse no MS
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 9.11.2013

Por Lucia Morel, na Agência Estado

Equipes da Polícia Federal estão no município de Japorã, a 477 Km da capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, para cumprir uma decisão de reintegração de posse em favor da Fazenda Chaparral, retirando os índios que ocupam a área. Os indígenas iniciaram a retomada do espaço, já declarada como indígena em 2005, no último dia 14 de outubro.

A Justiça Federal de Naviraí decidiu pela reintegração de posse, mas, no momento do cumprimento, os índios da etnia Guarani Ñandeva e Guarani Kaiowá resistiram e permanecem no local. Eles afirmam terem sido ameaçados pelo delegado da PF responsável pelo processo de reintegração.

Segundo a assessoria de imprensa da Polícia Federal, os guarani "não quiseram tomar ciência" da decisão judicial. Assim, até que haja nova decisão ou seja montada uma estratégia para ação, a PF se manterá na área. O trabalho atual consiste em realizar barreiras, fiscalizações e patrulhas em toda área da fazenda.

O coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em MS, Flávio Machado, afirmou que a preocupação é de que a situação se agrave e haja conflito entre policiais e indígenas, como o que ocorreu no dia 30 de maio, em Sidrolândia, com a morte do terena Oziel Gabriel.

"Estamos apreensivos com a ordem de reintegração, mas estamos mais preocupados porque sabemos que os índios estão decididos a resistir, em vista do que aconteceu em Sidrolândia, na Fazenda Buriti", disse.

Machado lembrou que a comunidade da Terra Indígena Yvy Katu, em Japorã, é de cerca de 5 mil pessoas e que em 2005 o governo federal declarou 9 mil hectares como tradicionalmente indígenas. A homologação, no entanto, não saiu até esta sexta-feira, 08. "O espaço que eles ocupam hoje já não cabe todas as famílias, não se produz mais minimamente para a subsistência".

O líder da Yvy Katu Tônico Benites afirmou que a comunidade indígena está reunida para definir o que irá fazer: acatar a decisão da Justiça ou manter a promessa de resistência. "Até agora não teve conflito. Desde quarta-feira, 06, a Polícia Federal não voltou aqui".

Indígenas sofrem atentado a tiro em Parelheiros
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 9.11.2013

Ocupação indígena Tekoa Eucalipto próximo a Aldeia Tenondé Porã, sofre pela segunda vez atentado de posseiros que querem tomar suas terras

por Joseh Silva* - Carta Capital



Placa da FUNAI que reconhece a Aldeia Tekoa Eucalipto como território indígena

Na tarde desta sexta-feira, 08, por volta das 18h, uma moto com um homem e uma mulher na garupa passaram atirando em direção aos indígenas da Aldeia Tenondé Porã, que estão em processo de retomada de terra na construção da Aldeia Tekoa Eucalipto. Os disparos foram feitos no mesmo instante em que os índios colocavam uma placa de identificação na porteira.

Segundo, os indígenas, ninguém se feriu com o fato, entretanto o clima de insegurança é grande. "Mais uma vez invasores tentam nos amedrontar para abandonarmos nossa terra, mas vamos ficar", relata uma liderança Guarani da Aldeia.

Desde o outubro, indígenas da Aldeia Tenondé Porã retomaram terras antigas de direito deles, reconhecida

pela FUNAI em 2012 como a Terra Indígena Tenondé Porã, localizada na zona sul de São Paulo.

Em um comunicado oficial da Comunidade Guarani da Tenondé Porã, Tekoa Eucalipto, via facebook, essas terras eram deles desde a década de 70, mas eles tiveram que sair 10 anos depois, por falta de reconhecimento do governo. "Lutamos por décadas por esse reconhecimento, sempre evitando conflitos com os Juruas (brancos), para não colocar em risco a vida das nossas crianças. Mas decidimos partir para essa retomada porque já não há mais condições na Aldeia Tenondé Porã para vivermos nossa cultura, pela falta de espaço, e o processo de demarcação está parado nas mãos do Ministro da Justiça", segundo a comunidade.

Pela avaliação das lideranças indígenas da Tenondé Porã, esse pedaço de terra está abandonado a pelo menos 10 anos pelos posseiros que dizem ser donos da terra.

*Da Agência Popular Solano Trindade



Participantes da UPMS de Brasília cobram atuação do MP na defesa de direitos
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 9.11.2013

O auditório do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi "ocupado", na manhã de segunda-feira (4), pela diversidade de integrantes de movimentos sociais e organizações que estiveram presentes durante o último fim de semana em oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) reunida sob o tema "Os Direitos Humanos em Movimento: as Organizações, as Instituições e a Rua"

Por Maurício Hashizume, da Equipe ALICE

Durante a sessão pública acompanhada pelo presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, Jarbas Soares Júnior, e por outros membros do CNMP, ativistas e militantes apresentaram várias denúncias de violação de direitos humanos e cobraram uma atuação efetiva do Ministério Público na defesa de pessoas e grupos que vivem cotidianamente submetidas a ameaças, discriminações e violências.



"Ainda temos um Brasil que exclui, mata e extermina", enfatizou a indígena Sonia Guajajara, da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), uma das participantes da oficina. Ela realçou que, em vez de "abraçar e cuidar da diversidade social", o país continua violando direitos fundamentais de segmentos constituintes da sociedade, que perpassam da larga população negra brasileira aos povos indígenas. "Sem nossos territórios, não temos a garantia do direito à vida", sustentou, sem deixar de citar que um terço das territórios ainda não foi demarcado – a despeito da Constituição Federal de 1988 ter estabelecido o

prazo de cinco anos para a conclusão dos processos em curso. Diante desse quadro, pontuou Sonia, as instituições, incluindo o próprio Ministério Público, assistem ao "extermínio da população" sem que haja efetivamente o "extermínio do racismo".

A representante da APIB também contestou frontalmente a noção e o modelo de "desenvolvimento" dominantes, as quais dão suporte atualmente a um dos maiores ataques da história contra as comunidades e povos tradicionais do país. "Quem dita as regras é o poder

CONT.



econômico”, acusou Sonia, realçando o “interesse privado sobre terras públicas”, traduzido no descumprimento da consulta às comunidades afetadas por empreendimentos prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e por iniciativas legislativas como o Projeto de Lei Complementar (PLP) 227, que busca abrir as portas para iniciativas de exploração de recursos naturais dentro de Terras Indígenas (TIs), e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que propõe a transferência da atribuição pela demarcação de TIs do Executivo ao Legislativo.

Liderança do povo Guajajara, no Maranhão, ela reforçou ainda que – em nome do “relevante interesse” do Estado e da “soberania nacional” nas áreas de energia e da área militar, trazidas à tona em posicionamentos institucionais como a definição por parte do Supremo Tribunal Federal (STF) de 19 condicionantes no caso da TI Raposa Serra do Sol, em Roraima – violações aos direitos estão sendo “legalizadas”. “Que liberdade teremos em nossas terras com tudo isso lá dentro? Não somos ameaça à soberania nacional”, sublinhou, adicionando a exigência de revogação imediata da Portaria 303/2012 da Advocacia-Geral da União (AGU), que recomenda a extensão das mesmas condicionantes às outras TIs do Brasil.

Criminalização da pobreza

“Eu sou uma ex-moradora de rua. Tenho orgulho de dizer isso. Morei nas ruas de Salvador por 16 anos. E hoje estou aqui frente a frente com vocês, conversando de igual para igual”, apresentou-se, perante alguns dos titulares do CNMP, Maria Lúcia Santos Pereira da Silva, da coordenação do Movimento Nacional da População de Rua. Ela reafirmou a gravidade do extermínio da juventude negra, da violência sistemática contra lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e transgêneros (que, conforme ela, têm o “direito de gostar, de amar” cerceado), contra as mulheres (“inteligentes, produtivas



e batalhadoras para um Brasil diferente”, colocou ela, muito mais que apenas “corpos desejados”) e do encarceramento em massa.

“O presídio tem cara, raça e classe: são jovens, negros e pobres. Somos mesmo esses vilões?”, indagou Maria Lúcia, em crítica direta à “criminalização da pobreza”, complementada pela intensa violência policial, seja associada a grandes eventos – como a Copa do Mundo de futebol de 2014 – ou a grandes obras e negócios. Um “Brasil Sem Miséria”, adotado como slogan do governo capitaneado pela presidenta Dilma Rousseff, não deve se dar, de acordo com ela, com base no “assassinato de miseráveis”.

Maria Lúcia fez questão de recordar o caso do vereador José Paulo Carvalho de Oliveira (PTdoB), o “Russo”, de Piraí (RJ) que, em sessão sobre os 25 anos da Constituição em vigor, disse que moradoras e moradores de rua não teriam que votar e deveriam “virar razão para

CONT.



peixe". "Incitam a violência contra nós. Como se fosse fácil viver em situação degradante", assinalou. Com o intuito de "limpar" as cidades, pessoas são tratadas, emendou, "como se fossem bichos". "Espero que aqui [no CNMP] os nossos gritos possam ser escutados", afirmou. Juntamente com o desafio às autoridades no sentido de uma aproximação mais horizontal com os "grupos oprimidos" a fim de uma compreensão e um enfrentamento mais efetivo a tantas violações, ela cobrou a inclusão de mais negras e negros dentro do MP.

Criminalização dos movimentos



Duas jovens participantes da oficina da UPMS – Carolina Sousa (Movimento Passe Livre) e Isabella Miranda (Comitês Populares da Copa) – também estiveram na tribuna do auditório do CNMP para reivindicar a democratização das cidades, com medidas como a ampliação da mobilidade urbana para a garantia de melhores condições de vida. Além de reconhecer a sabedoria dos militantes históricos dos movimentos sociais (lembrando que a juventude saiu às ruas mais recentemente graças ao "muito tempo de rua" que essas pessoas e coletivos "cavaram nesse país"),

ambas homenagearam Luís Estrela, artista em situação de rua que foi assassinado em Belo Horizonte (MG) pela polícia durante as recentes manifestações. As investigações do crime não foram adiante e uma ocupação urbana de um antigo sanatório infantil da capital mineira, que ganhou o nome do poeta, foi organizada por coletivos culturais.

As cidades brasileiras, como fez referência Isabella, têm se consolidado como espaços de "exclusão, segregação, racismo e violência". Cerca de 37 milhões de pessoas não tem condições de usufruir da mobilidade, ou seja, não tem direito a viver nos conglomerados urbanos – tomados pelo capital e por empresas, com prevalência da lógica privatista. Nas cidades que receberam jogos da Copa, foram realizadas 170 mil remoções. "O que está em questão é a vida das pessoas", acusou a jovem que atua no Comitê Popular da Copa de Belo Horizonte. Ela condenou tanto o "racismo institucional" (expresso em autoridades que não têm a "cara do povo", dentro e fora do MP) como a tentativa de promotores e procuradores de assumir o papel e tentar "representar" protagonistas sociais. Cobrou ainda uma posição mais clara em relação às violações (mais "pública" e menos afeita aos "interesses de apenas uma classe social"), assim como uma maior abertura e sensibilidade aos sujeitos que estão "nos movimentos, nas ruas, nas periferias".

"Manifestantes que estão sendo presos e processados só por exercerem o direito de estar na rua", acrescentou Carol. "Somos tratados como inimigos. E, como inimigos, temos que ser eliminados. Manifestante hoje é vândalo. Pobre negro hoje é bandido", resumiu. Além de "omisso no controle e na punição da violência policial que sentimos nos nossos corpos", o MP tem feito, segundo a integrante do Movimento Passe Livre com atuação em Florianópolis (SC) e em São Paulo (SP), "pior": tem integrado "comissões que criminalizam ainda mais" os

CONT.



movimentos sociais. “Isso precisa ser revertido. É inadmissível. Não sairemos das ruas se isso não mudar”.

Impactos fora do país

A sessão pública da UPMS reservou também espaço para a manifestação de um dos participantes internacionais da oficina (vindos do Equador, de Angola e de Moçambique). O moçambicano Jeremias Vunjanhe, da União Nacional de Camponeses (UNAC), disse apostar nos diálogos internacionais como forma de fortalecer a “dignidade humana” entre os povos. De acordo com ele, as discussões ao longo do fim de semana revelaram um quadro diferente da “imagem do Brasil” como um exemplo bem sucedido que é “vendida” na África.



Para Jeremias, a obsessão do governo brasileiro por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas tem impulsionado intervenções no continente que rompem com uma tradição cooperativa histórica entre países. Ele questionou particularmente a atuação de empresas privadas brasileiras (muitas vezes com financiamento público federal) em empreitadas fora do país que entram em confronto com direitos de povos e comunidades locais. Entre elas, citou explicitamente a mineradora Vale, que tem negócios espalhados em variados países africanos. Aos conselheiros do CNMP, clamou por uma maior responsabilidade do governo e das instituições

brasileiras no que diz respeito a atuação não só da Vale, mas também de empreiteiras como Odebrecht e Camargo Correa, que “mancham a imagem do país” e que parecem não contar necessariamente com o “suporte do povo brasileiro”.

Outro alvo de críticas do jornalista moçambicano – que chegou a ter, no contexto da Rio+20, a sua entrada no Brasil impedida no ano passado – foi oProSavana. Programa de grandes dimensões de estímulo ao agronegócio, o ProSavana, que tem em sua base capitais e entidades brasileiras e japonesas de fomento, afetará diretamente a vida de 5 milhões de pessoas. Indiretamente, o impacto do programa, que é repudiado pela UNAC, atingirá 17 milhões de camponeses. Diante de um governo que, no Brasil, se orgulha de ter feito com que 40 milhões de brasileiras e brasileiros tenham superado as condições de pobreza nos últimos anos, ele espera que haja internamente um intenso acompanhamento e uma discussão profunda sobre esses impactos externos que envolvam a sociedade e as instituições brasileiras. “Há um ditado que diz que ‘para cada problema africano, há uma solução brasileira’. Pode-se dizer que hoje ‘para cada solução africana, há um problema brasileiro’”, provocou.

Oficina e mensagem

Coube a Salete Camba, que atualmente está à frente da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) no Brasil, a apresentação da oficina de Brasília (DF) da UPMS – uma

CONT.



iniciativa organizada no âmbito do Projeto ALICE, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), com apoio do CNMP. Ela recordou que a UPMS foi idealizada pelo professor Boaventura de Sousa Santos a partir do Fórum Social Mundial (FSM) de 2003, em Porto Alegre (RS), com vistas a promover o interconhecimento entre protagonistas de movimentos e organizações sociais que enfrentam lutas diárias com acadêmicos e pesquisadores comprometidos na construção de "um outro mundo possível". As oficinas consistem, portanto, de um exercício prático, por meio de uma carta de princípios e de uma metodologia construídas ao longo de anos, das concepções de "tradução intercultural" e "ecologia de saberes", do próprio professor Boaventura.

A construção de histórias e processos comuns, destacou Salete, tem como objetivo fortalecer as diversas formas de atuação por justiça social (com olhar para aqueles que o educador Paulo Freire identificava como "esfarrapados do mundo"), em espaços autônomos ou institucionais. No tocante à oficina realizada na capital federal que reuniu dezenas de pessoas das mais distintas regiões do país e campos de luta, ela recolocou a necessidade de ruptura entre o molde de "direitos humanos" restritivos à uma pequena burguesia e a noção de "direitos humanos" como instrumentos direcionados a "bandidos".

Em depoimento exibido na sessão pública, o professor Boaventura, que não pode participar da oficina internacional por motivos de ordem pessoal, chamou atenção justamente para a dimensão ampla de direitos humanos ("da terra aos direitos sexuais, da água à discriminação racial, de todas as questões que, no campo e na cidade, que estão sendo levantadas em todo o mundo, não apenas no Brasil") adotada para o encontro. "Hoje a luta pelos direitos humanos exige que o Ministério Público tenha um papel ativo. Sabemos que há pressões contraditórias por parte de outros órgãos do Estado", frisou.

"Estamos perante um modelo de desenvolvimento arrasador, que parece não cuidar das pessoas e apenas da rentabilidade de recursos no sentido de aproveitar esse 'boom' de recursos naturais", colocou o diretor do CES/UC e coordenador do Projeto ALICE. "Se não for suficientemente ativo, o MP será responsável pelas frustrações de milhões e milhões de brasileiros. Se for ativo, será responsável pelas aspirações desses mesmos milhões e milhões de brasileiros. É uma instituição contraditória, como se sabe, que tem na mão uma parte importante por essas aspirações. Mas ninguém faz o papel dos movimentos, que são autônomos e lutam eles próprios por seus direitos".

Abertura e aproximação

Na inauguração do ato, o conselheiro Jarbas assinalou que o CNMP foi criado em 2004 não somente como órgão disciplinar no exercício do "controle administrativo e financeiro", mas também como instância para o planejamento da atuação do MP em nível nacional, especialmente através de projetos temáticos específicos. "Esse investimento alto não pode ser apenas para dentro da instituição", comentou.

Depois das manifestações dos participantes da oficina da UPMS, o conselheiro Jarbas se disse "sensibilizado". Para ele, a "elite institucional" do MP "não pode frear esse tipo de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

aproximação” com integrantes de base de organizações populares, isto é, “ouvir os movimentos sociais” é o “caminho certo”. Reconheceu que os operadores jurídicos acabam tendo, muitas vezes, “uma visão meio localizada” sobre as questões envolvendo violações de direitos humanos e que “dói” quando nota que o próprio órgão ainda reflete internamente desigualdades existentes na sociedade.

Ao final, além de defender as prerrogativas do MP frente às inúmeras propostas legais de retirada de atribuições do órgão, o conselheiro – que esteve acompanhado dos colegas titulares do CNMP, Antônio Pereira Duarte e Leonardo de Farias Duarte – externou ao público o convite para o I Encontro Nacional do Ministério Público com os Movimentos Sociais, marcado para os próximos dias 2 e 3 de dezembro de 2013.

Três indígenas Tupinambá são mortos a tiros na região da Serra do Padeiro, área de conflito no sul da Bahia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 9.11.2013

Eles teriam sido assassinados em uma emboscada ao deixarem uma fazenda



Cartaz ruralista, defendendo a violência contra os Tupinambá, no sul da Bahia

Correio

Três índios foram mortos na noite desta sexta-feira (9), em Una, no sul da Bahia, área de disputa entre produtores rurais e indígenas. A Polícia Civil confirmou o crime, mas ainda desconhece as circunstâncias.

Os índios teriam sido assassinados em uma emboscada ao deixarem uma fazenda. Agentes da Polícia Federal foram ao local para apurar o caso.

Conflito

O local onde ocorreu o crime fica na região conhecida como Serra do Padeiro, onde, nos últimos meses, índios ocuparam diversas propriedades rurais. O foco maior do conflito está na cidade de Buerarema, mas há também fazendas ocupadas [sic] em Una e em São José da Vitória, além de Ilhéus.

As ocupações [sic], que os índios classificam como “retomada do território sagrado”, foi a forma encontrada pelos tupinambás para exigir do governo federal a conclusão do processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

A área de 47.376 hectares (um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial) foi delimitada pela Funai em 2009. Desde então, os índios cobram que o Ministério da Justiça expeça a portaria declaratória, reconhecendo-a como território tradicional indígena.

Em 4 de setembro, um índio tupinambá foi encontrado morto na Fazenda São Pedro, entre as cidades de Una e Ilhéus. A fazenda foi ocupada [sic] por indígenas e está envolvida dos conflitos. Na mesma região, um trabalhador rural foi espancado e baleado na coluna durante uma ocupação [sic] indígena.

No dia 25 de outubro, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o governador Jaques Wagner (PT) reuniram-se com líderes indígenas e proprietários rurais para tentar mediar o conflito. O ministro garantiu que a questão será analisada com total imparcialidade e que um plano de segurança está sendo elaborado para a região. O plano ainda não foi divulgado.



Até quando vamos esperar uma mega chacina indígena? Os mortos “isoladamente” não valem nada? Qual o papel da mídia? E o seu?, por Alceu Castilho
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 9.11.2013

Três Tupinambá foram assassinados na Bahia. Em região de conflito com “produtores rurais”, diz o texto da Folha: (aqui). Ela que abriga semanalmente artigo da senadora Kátia Abreu.

Pouco mudou desde a invasão do país pelos portugueses, em 1500. E pouco mudou desde Pero Vaz de Caminha. Com os escribas a serviço do poder. Os jornais cumprem diariamente a função de escantear os conflitos agrários. Uma das características centrais deste país. Para quem tiver olhos para ler e um mínimo de aversão à cumplicidade. Esta que ronda cada brasileiro indiferente.

Três assassinados. Mais três. Esperaremos uma chacina, um caso com 10 ou 20 assassinados, e com a consequente repercussão internacional, para darmos valor a esse tipo de notícia?

Eu as divulgo quase diariamente, em minhas páginas: Outro Brasil, Partido da Terra. Ainda há pouco, aqui mesmo no meu perfil, publicava notícia sobre atentado contra índios Guarani, em plena capital econômica do país. Quantos compartilharam, quantos perderam alguns segundos com isso?

Logo em seguida fiquei sabendo desses assassinatos na Bahia. Atenção: eles não são exceção. Não são. Mas isso não pode implicar embotamento. Esvaziamento da capacidade de indignação, falta de atitude. Como costuma ocorrer nestas terras virtuais – à exceção de alguns espasmos de cidadania.

Sinto com dor um imenso desprezo da maioria dos que estão lendo por esse tipo de notícia. Parece que não é com a gente, né? Mas é também com a nossa assinatura, caros colegas, leitores, amigos. Com a nossa mesquinharia, com os nossos votos e com a nossa falta de horizontes.

Prestem atenção numa coisa: o Rei do Camarote é fichinha. Apenas um bobalhão. Não possui centralidade nenhuma em nossa democracia sórdida. O Brasil ainda é movido – politicamente, inclusive – pelos Reis do Campo, pelos Sultões do Agronegócio. Eles têm largo espaço nos jornais e revistas – dá status.

Eles escarnecem toda semana de suas vítimas, no Congresso e nas Assembleias, com projetos de lei que restringem ainda mais o direito de indígenas, camponeses, trabalhadores rurais.

A cobertura do agronegócio é vergonhosa, pró-empresas, a favor de um modelo que nos envenena, que arrebenta biomas, desmata. E que expulsa indígenas e camponeses. Dois

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

corpos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço. E a imprensa favorece um desses corpos (o espaço do lucro) em detrimento da maioria dos brasileiros.

Enquanto isso, seguimos com nossas piadinhas. Com nossa suposta aversão aos "camarotes". Nós que nos privatizamos tanto.

Parte significativa de nossos camarotes é desenhada com arames farpados. E eles estão manchados de sangue. Com séculos de grilagem e 500 anos de escárnio – que não sairão na capa da Vejinha.

Poucos perceberam que a Kátia Abreu (PMDB-TO) e o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), os ruralistas mais agressivos, são personagens 800 vezes mais importantes que o Bobalhão do Camarote

Está mais do que na hora de cada um decidir de que lado está. Dos que excluem e matam ou dos que brigam por um país diferente. Com um mínimo de democracia (mais que isso que temos) e um mínimo de humanidade.

Com menos omissão e menos cinismo. Menos distração e mais atitude.



Comunidade Cigana reivindica Políticas Públicas na III – CONAPIR

SÍTIO PORTAL AFRICAS, 9.11.2013

BRASILIA – As políticas de promoção da Igualdade racial visa contemplar grupos historicamente discriminados entre eles estão : negros indígenas e ciganos e à Conferência nacional de Promoção da Igualdade Racial-III CONAPIR reuniu sociedade civil e representantes destes seguimentos da população para debaterem e colaborarem na construção das pautas de reivindicações, cuja finalidade é transformar em políticas públicas para estas comunidades.



O resultado da participação política do povo cigano neste processo surgiu quando foi decretado pelo ex-presidente da república , Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006, que o dia 24 de maio é reconhecido como dia nacional do Cigano em reconhecimento à contribuição da etnia cigana na formação da história e da identidade cultural brasileira.

“ foi muito importante o decreto assinado pelo ex-presidente Lula, entretanto, a comunidade cigana ainda sofre com a invisibilidade, acesso a documentação, educação, saúde e a violência nos acampamentos, por isso a SEPPIR realizou uma oficina de formação e uma plenária nacional para qualificar os representantes destes povos de modo que eles possam sistematizar e colaborar com a implementação das políticas públicas, lançamos em maio deste ano o Guia de políticas publicas para povos ciganos, nas plenária nacional das comunidades ciganas anterior a conferência com o objetivo de fortalecer a participação do povo cigano na III CONAPIR”. Explicou, Luana Arantes (gerente de projetos da SECOMT-SEPPIR) .

Os representantes do povos ciganos participaram dos grupos de Trabalhos (GT’S) sobre educação,saúde, comunicação, violência e uma das propostas encaminhada por este

CONT.



grupo é que seja garantido aos povos ciganos políticas públicas no âmbito municipal e estadual de acordo com ações e recursos para o cumprimento da resolução federal nº 306/05/2012, que beneficia os povos ciganos, quando acampados a longo prazo, proporcionando acesso a escola, saúde e assistência social, bem como a designação de terrenos específicos com a devida infraestrutura, aprovados em lei, para acampamentos ciganos.

Para Barbara Angely Piemonte, etnia calon, representante da comunidade Cigana na CNPIR as propostas que foram enviadas irão servir para os jovens ciganos, pois a comunidade cigana ainda tem um alto índice de analfabetismo, sofre com a invisibilidade e acesso a saúde. Ela informou que a cultura nômade não é por uma opção, mas uma imposição de uma sociedade que não conhece a cultura cigana e expulsa de um território para outro, pois as pessoas acham que o cigano não tem direito a nada

Esta conferência é de grande importância para a comunidade cigana, é uma oportunidade de sentir que somos cidadãos e queremos os outros ciganos reconheçam seus direitos porque estamos nos organizando. Disse, Elias Costa, etnia calon.

Elias Costa, etnia calon é uma conferencia de grande importância para a comunidade cigana, pois Achava que o cigano não tinha direito é uma oportunidade de sentir cidadão, pois antes o ciganos não tinham documentos de identificação, A invisibilidade dos ciganos na sociedade porque não conhecem seus direitos, a maioria hoje está se organizando através de associações e conscientizando outros ciganos a buscarem os seu direitos.

Brasil Cigano e as Políticas Públicas

No Guia de políticas publicas para os povos ciganos consta a origem destes povos no Brasil e no mundo e as etnias mais predominantes em nosso país, a exemplo de, Calon, Rom e Sinti que possuem características bem peculiares.

Além do contexto histórico consta na publicação como acessar as políticas públicas relacionadas a Direitos Humanos; políticas sociais e de infraestrutura, políticas culturais, regularização fundiária e programas sociais do governo federal como Busca Ativa – CadÚnico; Programa Bolsa Família; Minha Casa Minha Vida; Programa Luz Para Todos; Tarifa Social; Direito à Educação Itinerante; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec; Direito à Saúde e o Programa Saúde da Família – PSF; Programa Saúde Bucal – PSB/Brasil Sorridente e; Rede de Assistência – SUAS.

O que queremos é respeito a tradição, direito a terra, saúde da mulher cigana, direito a educação e mais atenção a comunidade cigana porque somos bastante discriminados e a sociedade precisa conhecer a Cultura Cigana. Exclamou, Leila Alves, etnia calon.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

Votação de propostas encerram as atividades da III CONAPIR SÍTIO PORTAL AFRICAS, 9.11.2013



BRASILIA – Durante a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial-CONAPIR vários delegados eleitos , representando instituições dos movimentos sociais participaram dos grupos de trabalhos (Gt's), cuja finalidade foi elaborar propostas para votação na plenária nacional que ocorreu, ontem (7), no centro de convenções Brasil21, no auditório Brasil.

Ao longo da CONAPIR dezesseis grupos de trabalhos (Gt's),divididos em quatro subtemas ligados ao eixos da educação, saúde, comunicação, cultura, comunidades tradicionais entre outros, construíram as propostas para votação na plenária nacional.

Foram quarenta e duas propostas dentre as quais estavam a solicitação de garantia e efetivação da política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais (instituída pelo decreto 6.040/2007), assegurando a realização de convênios e incentivos para os povos e comunidades tradacionais e a proposta de garantir no mínimo 40% da verba destinada ao sistema "S" para capacitação da juventude e empreendedores negros , negras e de povos e comunidades tradicionais.

Para Valdecir Nascimento coordenadora do Instituto da Mulher Negra , Odara, um dos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

momentos mais importantes da plenária nacional foi o lançamento da Marcha de Mulheres Negras para 2015 como uma deliberação da III CONAPIR e a implementação do sistema de acompanhamento e monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, como também as cotas para o executivo federal. Explicou.





Conferência é encerrada com pedidos por mais políticas públicas para comunidades tradicionais

SÍTIO PORTAL AFRICAS, 9.11.2013

Apesar de avançar em nível de emprego e benefícios previdenciários, população negra ainda apresenta deficiências em números de homicídios e taxa alta de analfabetismo



Por Hylda Cavalcanti | Portal Áfricas | RBA
Foto Portal Áfricas

Brasília – Avanços são reconhecidos na execução de programas de inclusão social, de maior número de ações afirmativas, como sistemas de cotas, na participação de representantes de comunidades tradicionais como negros, quilombolas, ciganos, povos de matriz africana e diversos outros grupos nas políticas públicas do país nos últimos dez anos. Ainda assim, são grandes os gargalos observados em termos de desigualdade de oportunidades. Foi o que revelou estudo divulgado nesta quinta-feira (7) durante o encerramento da 3ª Conferência Nacional de Igualdade Racial.

O trabalho compila dados de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria de Políticas de Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). E será lançado, em sua totalidade, no final do mês. Os dados já computados, entretanto, mostram que, em pelo menos quatro áreas, a situação continua crítica em alguns itens relacionados à violência e juventude e requer acompanhamento no quesito educação.

CONT.



Baseado em dados demográficos que compilam indicativos de 2004 até 2011, o estudo mostra que enquanto em 2004 16,3% do total de negros existentes no Brasil eram analfabetos, em 2011 esse percentual foi reduzido para 11,5%. A redução é um avanço, mas, por outro lado, enquanto em 2004 eram registrados 122,97 homicídio de negros jovens com idade entre 15 e 29 anos para cada 100 mil habitantes, em 2011 esse número de mortes saltou para 135,07 para cada 100 mil habitantes.

Vulnerabilidade social

Em 2004, 16% da população negra com idade entre 18 e 24 anos declarava não estudar, não trabalhar nem procurar qualquer tipo de emprego. Em 2011, esse percentual subiu para 18,1%. O mesmo desempenho negativo foi observado em relação a pessoas com faixa etária um pouco maior – a dos que possuem entre 25 e 29 anos – que subiu de 16,9% para 17,5% no período.

Mas nem tudo é resultado negativo. O estudo comprovou que a média de anos de estudo de negros com idade a partir de 15 anos, subiu de 5,8 do total em todo o Brasil, em 2004, para 6,9 em 2011. Da mesma forma, a taxa de frequência de estudantes negros nas escolas com idade até 3 anos foi ampliada de 11,5% para 18,3%.

Mas o salto positivo maior foi observado na frequência de alunos com faixa etária entre 15 e 17 anos, que subiu de 78,9% para 82,5% no mesmo período. “Isso mostra que os negros, bem como representantes de comunidades tradicionais, estão correspondendo bem às políticas públicas implantadas e ampliando seus conhecimentos técnicos e educacionais, embora seja preciso bem mais”, avaliou Rosenilda Pereira, coordenadora de um dos conselhos representados no evento, de Ilhéus, na Bahia.

Uma das contradições observadas diz respeito a indicadores de trabalho e renda. O estudo mostrou uma redução do número de pessoas negras desocupadas com idade acima de 16 anos (em 2004, o percentual de desocupados era de 9,8% e em 2011 passou a 7,4%). Além disso, dentre os que declaravam ter emprego em 2004, a renda média da época, que era de R\$ 626,39, passou a ser de R\$ 927,90 em 2011. O valor, no entanto, está longe da média do salário dos trabalhadores brancos que exercem o mesmo tipo de atividade, de R\$ 1.549,91.

O percentual da população negra que se considerava em situação de extrema pobreza, 11%, foi reduzido para 5,7% em 2011. E o de negros em situação de pobreza, que era de 20,1%, passou a 8,9% – um dos resultados mais expressivos.

Previdência e trabalho formal

Também chamou a atenção como ponto positivo das ações afirmativas os indicadores relacionados à previdência social. O percentual de idosos negros que possuíam cobertura previdenciária em 2004, que era de 80,3%, passou a ser de 81,6% em 2011. E a chamada proteção previdenciária da população ocupada passou a ser de 57,5% a 66,0%. “Isso pode parecer uma diferença ínfima de percentual, mas quando traduzida em número de pessoas

CONT.



assistidas, representa um grande progresso”, comemorou Edmundo Rodrigues, um dos coordenadores do evento.

Parte desse resultado, segundo ele, também pode ser considerado reflexo da taxa de formalidade das pessoas negras ocupadas com idade acima de 16 anos, que em 2004 era de 38,8% do total no país e em 2011 passou a ser de 50,3%. O estudo leva em conta comparativos entre pessoas que declararam nas pesquisas realizadas terem cor branca, negra ou parda.

Mas a Conferência levou em consideração, também a situação de ciganos, representantes de comunidades quilombolas, comunidades de matriz africana, indígenas, políticas para as mulheres, populações em situação de rua e comunidades de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT).

Carta de Brasília

Além da divulgação destes dados, o evento discutiu a divulgação do documento Carta de Brasília, que deve pedir, dentre outras reivindicações, a garantia da rubrica de ações de promoção da igualdade racial nas dotações orçamentárias do Executivo; garantia da implementação do programa de enfrentamento ao racismo institucional nas três esferas do governo, bem como monitoramento e luta pela demarcação de terras pertencentes a comunidades quilombolas e isenção do pagamento de Imposto Territorial Rural (ITR) para os moradores dessas áreas.

Estão sendo propostas ainda, para homologação da Carta de Brasília – cuja conclusão é esperada ainda para esta noite; a criação de um fundo nacional quilombola, a criação de de um programa de capacitação continuada para servidores e gestores em temas étnicos e raciais; a inclusão dos povos ciganos no entendimento de comunidades tradicionais a serem também atendidas por programas sociais destinados a políticas de promoção da igualdade racial; além do estabelecimento de cotas para negros, indígenas, ciganos e demais comunidades de matriz africanas em todos os concursos públicos realizados no Brasil.



A exploração econômica e os conflitos em terras indígenas

SÍTIO CEDEFES, 9.11.2013

Um de cada três hectares que governos da América Latina, África e Ásia concedem à exploração mineradora, agroindustrial ou florestal está em área indígena

Londres - Um de cada três hectares que governos da América Latina, África e Ásia concedem à exploração mineradora, agrícola-industrial ou florestal se encontra em terras de comunidades indígenas. O projeto Munden, da organização internacional Direitos e Recursos, analisou cerca de 153 milhões de hectares em concessão, em um total de 12 países, cinco da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru), três da África (Cameron, Libéria e Moçambique) e quatro da Ásia (Camboja, Indonésia, Malásia, e Filipinas). A Carta Maior conversou com a consultora legal de Direitos e Recursos, a advogada brasileira Fernanda Almeida, sobre como é a situação concretamente no Brasil.

O projeto Munden fala de uma sobreposição de quase 33% entre a propriedade indígena e as concessões que se fazem para explorações de diferentes tipos. Como é a situação no Brasil?

Há pelo menos 689 terras indígenas no Brasil, que abarcam aproximadamente 240 povos indígenas e representam cerca de 13% do território nacional. Umas 128 estão em fase de identificação, ou seja, está se desenvolvendo um estudo antropológico para definir, entre outros fatores, os limites do território. 35 estão identificadas e necessitam que o estudo antropológico seja aprovado pela FUNAI, o órgão nacional responsável pelo processo de demarcação de terras indígenas. E há 460 terras que têm o processo de delimitação concluído. Mas também não se trata unicamente dos povos indígenas. Aí estão os direitos dos quilombolas, populações tradicionais de origem africana.

Nosso trabalho procura ver onde há sobreposição entre explorações concedidas e direitos indígenas ou de populações como os quilombolas. Há claros indicadores de que essa sobreposição existe e representa um risco. Isso acontece, sobretudo, nas áreas onde as populações não estão legalmente reconhecidas, o que não quer dizer que não haja conflitos em zonas onde há um reconhecimento legal.

Vocês dizem que a sobreposição de direitos indígenas e exploração econômica é uma fonte de conflitos não só para as populações originárias, mas para os próprios investidores que podem perder bilhões de dólares no processo. Pode dar exemplos?

Em nível mundial, calculamos que no setor agrícola há cerca de 5 bilhões de dólares de investimentos em terras que se sobrepõem com a propriedade indígena. Os investidores não

CONT.



costumam levar em conta que a oposição jurídica, civil e às vezes violenta à exploração econômica de um território pode ter impacto na rentabilidade. Essa oposição é cada vez mais frequente porque houve um processo de democratização a nível mundial que inclui um maior reconhecimento dos direitos dos indígenas e, entretanto, não aparece nos cálculos que se fazem para examinar o risco de investimento.

No caso específico do Brasil, há que levar em conta que é o terceiro exportador agrícola do mundo, o primeiro em açúcar, segundo em soja. A expansão que se deu recentemente na soja e no açúcar causou o deslocamento de produtores rurais e comunidades indígenas. Na soja, sobre um cultivo de mais de 42 mil hectares, mais de 7 mil estão em território sobreposto.

Em nosso estudo estimamos que os conflitos nas terras indígenas de Jatayvary, Guyraroka, Panambi-Lagoa Rica e Takuara levaram a uma deterioração do valor da produção de mais de 8 milhões de dólares. A cifra pode parecer menor, 0,2% da produção agrícola, mas há que levar em conta que se trata de um dos 13 territórios indígenas. Sobre o resto não temos os dados correspondentes.

Vocês afirmam que a exploração mineira, a agrícola-industrial e a florestal são os principais investimentos que entram em conflito com as terras de comunidades indígenas. Qual é a mais conflitiva no Brasil?

Há problemas nas três áreas, mas o lobby da agroindústria é muito forte. Esse lobby está tentando mudar os direitos já reconhecidos pela legislação. Em termos de legislação, o Brasil é bastante sólido a respeito à proteção de populações indígenas. Essa legislação é fruto da reforma constitucional de 1988 e todo o processo de democratização do país. Nesse processo se reconheceu uma grande parte do território nacional como pertencente às populações indígenas.

O lobby agrícola sente que há demasiadas terras reconhecidas. Há algumas iniciativas que se estão discutindo neste momento que tratam de flexibilizar esses direitos. Por exemplo, há uma proposta de reforma da constituição para que, em vez do executivo, seja o congresso nacional o que delimite essas terras. Há também um questionamento na Corte Suprema sobre a legalidade da lei que regula os direitos dos quilombolas. E é possível que a justiça determine contra.

Na mineração deveria ser menos conflitivo porque o subsolo pertence ao estado.

A mineração em terras indígenas é uma exceção, uma vez que a Constituição permite a atividade mineradora em terras indígenas. Entretanto, a Constituição condiciona a atividade mineradora nessas áreas à aprovação de uma lei específica que regule este processo. Essa lei ainda não foi aprovada. O Brasil ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que demanda que o estado respeite o direito de consulta dos povos indígenas. Isso quer dizer que, antes que se outorgue uma concessão, a população indígena

CONT.



tem direito de opinar sobre essa concessão. Em caso de que não queiram, deve abrir-se uma negociação. Em geral, o governo tem a última palavra, mas esta pode ser questionada em nível legal. O fato de que a mineração tenha um direito em nível legal não quer dizer que não haja riscos econômicos se a população indígena não está de acordo.

Como se decidem esses conflitos no Brasil? Por negociação com intervenção do estado, pela via legal, pela violência?

Depende de cada caso. Muitas vezes a resolução é violenta, em especial na Amazônia, onde a presença do Estado em nível judicial é baixa. No estado do Mato Grosso do Sul, fronteiro com o Paraguai e a Bolívia, foram assassinados cerca de 279 indígenas entre 2003 e 2011 em conflitos estimulados pelo crescente valor das terras com o boom dos preços de matérias primas. Mais especificamente em 2011 o relatório sobre violência contra povos indígenas no Brasil de 2011 falava de 32 mortos indígenas em 12 meses, 27 Guaraní-Kaiowá, 2 terena, 2 Guaraní-nhandeva e 1 Ofayé-Xavante.

Essa presença de guaranis não surpreende porque vivem em áreas nas quais há maior densidade populacional e investimento, como Mato Grosso do Sul, fatores que aumentam o potencial de conflitos. Houve também casos de grande impacto midiático global, como a ameaça de suicídio massivo da população indígena Guaraní- Kaiowá ou em nível nacional, como a demanda dos produtores rurais por indenizações para abandonar a exploração no município de Iguatemi, em Mato Grosso do Sul em 2012.

No relatório vocês destacam que a América Latina está avançada em relação ao reconhecimento do direito indígena ao ser comparada com o que acontece na Ásia ou na África. Esse maior reconhecimento deveria facilitar uma resolução pacífica e legal dos conflitos.

Sempre há que ver caso por caso, porque se tratam de instâncias muito complexas, que geralmente envolvem simultaneamente a população indígena, a exploração privada, um órgão governamental e a justiça. Um bom exemplo deste tipo de resolução de conflito é o dos danos ambientais e morais sofridos pela comunidade indígena devido às plantações de Soja e Cana na terra Indígena de Guyaroká. O Ministério Público Federal iniciou uma demanda contra a FUNAI exigindo uma indenização de R\$ 170 milhões. A FUNAI não cumpriu com seu papel de protetor dos direitos indígenas ao não impedir que se produzisse um dano ambiental e moral pela produção de soja e cana e foi imputada juridicamente por isso. A lei incentiva a participação do Estado como mediador na resolução de conflitos.

Fonte: Carta Maior



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

XII Jogos dos Povos Indígenas seguem até dia 16 de novembro

SÍTIO CEDEFES, 10.11.2013

XII Jogos dos Povos Indígenas seguem até dia 16 de novembro, em MT

As cores, sons, danças, ritos e a história do Brasil tomaram conta da Arena, montada na Região do Sucuri, em Cuiabá-MT, para os XII Jogos dos Povos Indígenas, na noite desta sexta-feira (8). Representantes de etnias de várias regiões Brasil, e também de 17 países do mundo, festejaram o acendimento da tocha que abriu oficialmente o evento.

Depois de mais de duas horas de apresentação da cultura de cada um dos povos, a plateia emocionada retribuiu o carinho dos indígenas saindo das arquibancadas e entrando na festa da Arena para assistir a chuva de fogos que deixou o céu da cidade ainda mais bonito.

Também participaram do evento a Ministra de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luíza Bairros, o articulador dos Jogos Indígenas Mundiais, Marcos Terena, o Governador do Estado de Mato Grosso, Silval Barbosa, entre outras autoridades locais. Os Jogos dos Povos Indígenas são organizados pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC), visando a preservação das tradições dos povos brasileiros. Para acompanhar a programação dos jogos tradicionais, basta acessar o site oficial do evento: www.intertribal.org.br.

Fonte: Por Comitê Intertribal



Assassinatos e invasões à Terra Indígena Tupinambá de Olivença desmontam 'mesa de diálogo'

SÍTIO CIMI, 10.11.2013

Assessoria de Comunicação - Cimi

Três assassinatos e invasões à área indígena coordenadas por fazendeiros, ocorridos neste final de semana na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, sul da Bahia, contradizem os efeitos da 'mesa de diálogo' imposta pelo Ministério da Justiça para resolver o conflito fundiário na região, em detrimento da publicação da Portaria Declaratória. Nos últimos meses, cinco Tupinambá e um Pataxó foram assassinados no contexto da luta pela terra tradicional no extremo sul baiano. Na foto ao lado, caminhão escolar Tupinambá com marcas de bala depois de emboscada praticada por pistoleiros em agosto.

Os últimos mortos deste conflito foram Aurino Santos Calazans, 28 anos, Agenor de Souza Júnior, 28 anos, e Ademilson Vieira dos Santos, 36 anos. Conforme lideranças Tupinambá, os três indígenas regressavam da comunidade Cajueiro, por volta das 18 horas desta sexta-feira, 8, lado sul do território tradicional, quando foram emboscados por quatro homens em duas motos. Disparos de arma de fogo foram feitos contra os indígenas e na sequência os assassinos praticaram violências contra os corpos.

Boatos davam conta de que na tarde deste sábado, 9, dois dos executores do crime teriam sido presos, mas a polícia não confirma. "Um deles é Tupinambá, mas os outros três são 'brancos'. Esse índio a gente já sabia que estava envolvido com os fazendeiros e nem morava na aldeia. Já os outros andavam por aqui armados, ameaçando", explica o cacique Valdelino Oliveira dos Santos. Para a liderança, trata-se de uma "tragédia anunciada" para as autoridades.

"A gente já pediu para a Polícia Federal revistar os não-indígenas que transitam dentro da terra indígena, nas regiões de retomadas, mas eles só fazem revistar os índios, entrar nas aldeias para levar facões, bordunas, pilão como parte de operação de desarmamento. Enquanto eles nos deixam vulneráveis, os pistoleiros agem cada vez mais", denuncia cacique Val Tupinambá, como é mais conhecido. Ele afirma que os indígenas mortos não eram lideranças, mas moravam em região de retomada e cercada por fazendas.

Aurino, Agenor e Ademilson foram enterrados na tarde deste domingo, 10, no cemitério do Bairro Nelson Costa, em Ilhéus (BA). Os Tupinambá, durante o ritual fúnebre, realizaram um protesto contra a violência a que estão submetidos na luta pela terra tradicional. "Porque tem um índio envolvido, mas cooptado pelos fazendeiros, e os outros são pistoleiros que a gente sabe de onde vem. Temos documentos apontando as ameaças. Tudo isso estava previsto. Vamos encaminhar a apuração dos fatos para a Polícia Federal", diz cacique Val.

CONT.



Serra do Padeiro e Serra das Trempes

A emboscada ocorreu numa região da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, que fica entre a orla da praia e as Serras que compõem o território indígena. Horas antes dos assassinatos, ainda na sexta, 8, grupos de não-indígenas, coordenados por fazendeiros, subiram as serras do Padeiro e das Trempes para fazer a colheita do cacau.

Na Serra das Trempes, aldeia Santana, os homens enviados pelos fazendeiros conseguiram retirar o cacau colhido pelos indígenas. Ao fim do serviço, deixaram uma placa: Retomada dos Fazendeiros. Na Serra do Padeiro, porém, a comunidade não permitiu que indivíduos enviados pelos fazendeiros saíssem da terra indígena com o material apreendido.

Lideranças Tupinambá da Serra do padeiro não confirmam, todavia, a informação veiculada pela imprensa de Ilhéus e Itabuna dando conta da retenção de 16 'trabalhadores' pelos indígenas. Conforme as lideranças, que aqui não identificamos por motivos de segurança, os 'brancos', com um caminhão, teriam invadido área retomada, a mando de fazendeiros, para a retirada de cacau e apenas foram convidados a sair da terra indígena.

Para o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Leste, Antonio Eduardo Cerqueira de Oliveira, "a região é historicamente dominada pela elite local ainda atrelada às práticas coronelistas. Existe muito racismo e preconceito. Esperamos providências do governo federal para a regularização imediata destas terras indígenas para que mais indígenas não sofram com tais violências. Exigimos também a apuração destes crimes".

Oliveira é enfático ao afirmar que o governo federal, sobretudo o Ministério da Justiça e a Presidência da República, devem rever a postura de suspender demarcações para apostar em mesas de diálogo: "Está claro que esta saída não é boa para os indígenas, sobretudo, mas também para os pequenos agricultores e o próprio governo, que espera atender interesses pré-eleitorais ao não demarcar".

Portaria Declaratória

O processo de identificação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença teve início em 2004. Em 2009, a Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovou o relatório circunstanciado que delimitou a terra em 47.200 mil hectares, estendendo-se por porções dos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, no sul da Bahia. No momento, aguarda-se a assinatura, pelo ministro da Justiça, da Portaria Declaratória, para que o processo se encaminhe para as etapas finais.

No segundo semestre deste ano, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, decidiu não assinar portarias declaratórias com a desculpa de querer evitar conflitos entre indígenas, pequenos agricultores e fazendeiros. No lugar, montaria 'mesas de diálogo' para negociar as demarcações. Aos Tupinambá, inclusive, chegou a dizer que os indígenas teriam de abrir mão de áreas da terra tradicional e parar as retomadas para que a demarcação saísse em 2014.



Informativo Aty Guasu: "Justiça Federal de Navirai autoriza reocupar a terra indígena Yvy Katu só mais dez dias... Acabou o tempo e a paciência Guarani"
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.11.2013

No final de outubro de 2013, 1ª Vara Justiça Federal de Navirai-MS admitiu para os indígenas Guarani e Kaiowá reocupar a parcela de terra tradicional YVY KATU menos de um (01) minuto, autorizando a expulsão IMEDIATA dos indígenas da parte da terra indígena já declarada e reconhecida YVY KATU. A ordem da juíza federal substituta evidencia que os indígenas Guarani nativo e originário da terra não deveria mais viver e nem reocupar nem um (01) minuto a parte de sua terra tradicional, permitindo a extinção dos povos indígenas por meio da força policial.

ESSA DECISÃO JUDICIAL É INJUSTIÇA TOTAL. Assim, a Justiça Federal de Navirai-MS considera os indígenas Guarani e Kaiowá como fossem estrangeiros, ou melhor, como fossem seres extraterrestres de outro planeta. Essa ordem da expulsão IMEDIATA dos indígenas de sua terra tradicional é INJUSTIÇA TOTAL. Evidentemente, no sul de MS, o povo nativo Guarani e Kaiowa é mais perseguido e mais ameaçado de morte coletivo ou genocídio tanto pelos fazendeiros como



pela 1ª Vara Justiça Federal. Diante dessa autorização de genocídio pela Justiça Federal, o povo Guarani e Kaiowá INSISTE EM SOBREVIVER E RESISTE à ordem de violência e a expulsão IMEDIATA da Justiça Federal, repudia reiteradamente a decisão da juíza federal. Visto que claramente a Juíza Federal autoriza mais violências contra os indígenas, sobretudo o processo de dizimação dos indígenas Guarani e Kaiowá na sua própria terra tradicional YVY KATU reconhecida.

Recebemos última informação que a Justiça Federal de Navirai-MS, autoriza os indígenas reocupar a terra indígena YVY KATU somente mais dez (10) dias; depois de 10 dias autoriza a força policial para massacrar e dizimar os indígenas na sua própria terra antiga. Por isso, a comunidade indígena Guarani e Kaiowá entende que essa nova decisão da juíza federal é INJUSTIÇA TOTAL, pois a Justiça Federal trocou a palavra EXPULSÃO IMEDIATA DOS ÍNDIOS pelos 10 dias para expulsar os indígenas.

Frente à nova decisão da justiça, os Guarani e Kaiowá permanecem em manifestação pacífica, demandando a revogação definitiva da ordem de despejo judicial dos indígenas depois de 10

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

dias. Uma vez que as comunidades Guarani e Kaiowa decidem em reocupar definitivamente o Tekoha YVY KATU. "Vamos reocupar a nossa terra definitivamente", "justiça quer que nós reocupássemos só um dia e dez dias". "Nossa decisão é reocuparmos definitivamente YVY KATU". Dessa forma, reafirmam as comunidades Guarani e Kaiowá do YVY KATU.

O Guarani e Kaiowá sempre respeita muito a ordem da Justiça Federal; por isso mesmo aguarda 30 anos a devolução de sua terra tradicional YVY KATU. Decisão do POVO GUARANI E KAIOWÁ é não vão aguardar mais. ACABOU O TEMPO E A PACIÊNCIA GUARANI.

Atenciosamente,
Tekoha tradicional YVY KATU, 09 de novembro de 2013.

Lideranças da Aty Guasu Guarani e Kaiowá contra o genocídio da Justiça Federal

Desaprendendo na escola, por José Ribamar Bessa Freire

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.11.2013



Taqui Pra Ti

Um professor Kaxinawá me contou da visita que a educadora Nietta Monte fez à sua aldeia, no Acre, há muitos anos, quando ela conversou durante horas com um velho sábio. Enquanto ouvia as narrativas tradicionais saborosas e cheias de vida que circulam em língua indígena, passou diante dela um jovem, caminhando em direção ao igarapé. Nietta, então, perguntou:

- Este menino aí conhece as histórias que o senhor me contou? Ele fala a língua Kaxinawá?

O velho respondeu:

- Não, minha filha! Coitadinho! Ele não sabe nada, é que ele foi para a escola, onde se desaprende tudo o que a gente sabe.

Acho que minha amiga Nietta escreveu essa história, com outras palavras e maior competência, em algum livro ou artigo, mas quem também me contou foi um aluno do Curso de Formação de Professores Indígenas, onde ministrei, em três ocasiões diferentes, módulos de História da Amazônia Indígena, convidado pela Comissão Pro-Índio do Acre (CPI/AC).

CONT.



Para quem, como nós, trabalhamos com a escola e nela acreditamos, essa imagem é terrível: uma escola que des-ensina, um lugar aonde os alunos desaprendem língua, tradição, saberes. Se não tivesse frequentado a escola, o menino dominaria língua e conhecimentos que desaprendeu dentro da instituição. Em muitos casos – é preciso reconhecer – a escola fez com extraordinária eficiência aquilo que a senadora Kátia Abreu sonha: eliminar os índios do mapa do Brasil.

No Brasil durante cinco séculos, a relação dos índios com a escola foi sempre tensa e conflituosa. Embora seu alcance tenha sido bem restrito, essa escola para índios, inaugurada com a catequese, atravessou o Império e a República. O estado neo-brasileiro herdou o modelo de escola que reprimia as línguas indígenas e excluía os conhecimentos tradicionais, as narrativas orais e os processos próprios de aprendizagem. Essa escola nunca contou com um único professor indígena.

Para os índios, a escola foi historicamente devoradora de identidades, apagadora de memórias, exterminadora de línguas.

Há alguns anos, pedi a meus alunos indígenas do Programa Kuaa Mbo'e de Formação de Professores Guarani da Região Sul que desenhassem a escola onde estudaram. Cada um dos 80 alunos fez o trabalho pedido. Um deles, Vanderson, revelou-se um grande artista do traço. Ele morava então na aldeia Pinhalzinho (PR), mas havia nascido na aldeia Laranjinha, onde ninguém mais falava guarani, porque a escola não-indígena já havia cumprido seu papel de des-ensinar.

O desenho que ele fez é uma obra prima. Trata-se de uma história em quadrinhos com muito movimento. Desenhou um grande prédio, com uma chaminé, que ocupou toda a folha de papel. Escreveu na fachada, com letras grandes: FÁBRICA DE FAZER BRANCOS. Do lado esquerdo, na parte inferior, frente à porta de entrada, uma fila de crianças indígenas com cocar e tanga. Um agenciador com um megafone grita: – Entrem, entrem, crianças!

No quadro seguinte, as crianças que ingressaram encontram um cesto onde está escrito: “Deixem aqui os vossos adornos”. As crianças se despem, então, do símbolo externo de suas identidades. Prosseguem seu caminho em direção a um chuveiro, onde tomam banho de água sanitária para embranquecer. De lá, saem para outro quadro, onde lhes aguarda um laboratório. Colocam na cabeça das crianças um capacete com fios para realizar uma lavagem cerebral.

Depois de mudados por dentro e por fora, as crianças passam por uma engrenagem sofisticada, com rodas dentadas, que parecem máquina de moer carne. Os coitadinhos são triturados, moídos, pulverizados e reformatados. Saem de lá para uma sala com guarda-roupa, onde vestem calça, camisa, sapato. No outro lado da página, no canto inferior, fica a porta de saída. O agenciador observa as crianças que saem e exclama com júbilo:

- Deu certo! Eles viraram brancos!

CONT.



Foi contra essa fábrica de fazer brancos que, em princípio, foram criadas as escolas bilingues interculturais garantidas pela Constituição Federal de 1988. Pela primeira vez na história do Brasil, o estado nacional, pressionado pelo movimento indígena e por seus aliados, manifestou vontade política de reconhecer e valorizar as línguas e culturas indígenas e de sepultar a velha escola para índios, criando um novo modelo de escola de índios, bilingue, intercultural, específica e diferenciada.

Nos últimos 25 anos se estruturou dentro do sistema nacional de educação, um sub-sistema de educação escolar indígena, do qual fazem parte, hoje, cerca de 2.700 escolas, com 11 mil professores (10 mil deles são índios) que dão aula para mais de 205.000 alunos no ensino fundamental e médio, segundo o Censo Escolar de 2008 elaborado pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Um pouco mais de 66% das escolas indígenas no Brasil são bilíngues e interculturais, seja lá o que isso signifique.

Qual o bilinguismo e a interculturalidade praticado? Como é que os índios veem hoje essa nova escola e qual a imagem que ficou da velha escola que legalmente deixou de existir? Registre ao longo dos anos, nos cursos de formação de professores bilingues que ministrei em 14 estados do Brasil, algumas histórias que revelam a imagem que tem os índios da escola.

Esse foi um dos temas do I Congresso Internacional América Latina e Interculturalidade organizado pela UNILA – Universidade Federal de Integração Latinoamericana nos dias 7, 8 e 9 de novembro, em Foz de Iguaçu, dentro do Parque Tecnológico de Itaipu. Envio este resumo da minha fala para os leitores do Diário do Amazonas.

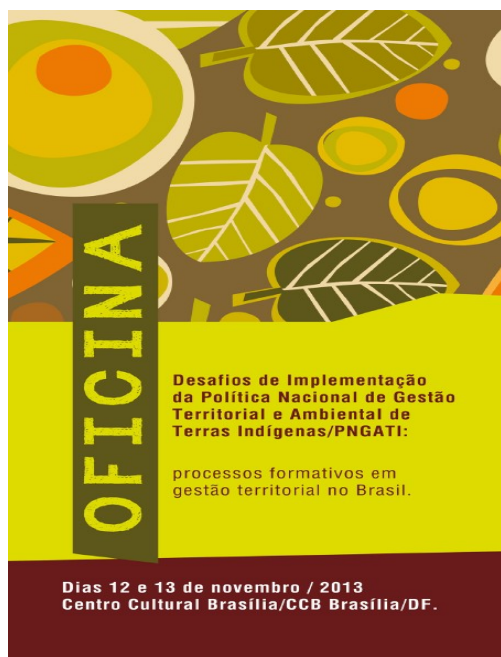


Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

Desafios de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas/PNGATI: processos formativos em gestão territorial no Brasil
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.11.2013

O Instituto Internacional de Educação do Brasil/IEB, o Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento do Museu Nacional/LACED-UFRJ, o Instituto Sociedade, População e Natureza/ISPN e a Fundação Nacional do Índio/FUNAI convidam para a Oficina: Desafios de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas/PNGATI: processos formativos em gestão territorial no Brasil.



Objetivos:

Sistematizar informações que permitam estabelecer subsídios para a elaboração e implementação de programas de capacitação e processos formativos em gestão territorial em Terras Indígenas, por meio de modalidades diversas, tais como cursos de extensão, cursos técnicos e universitários, voltados para povos indígenas e profissionais relacionados ao tema.

Proporcionar alinhamento geral entre atores e iniciativas de formação em gestão territorial em Terras Indígenas, discutindo as diversas modalidades e estratégias de processos formativos e gerando materiais para a elaboração de publicações.

Data e Local:

12 e 13 de novembro de 2013, no Centro Cultural Brasília/CCB – SGAN 601, Módulo B, Asa Norte, Brasília/DF.

Participantes:

Indígenas, Universidades, IFETs, ONGs, Órgãos Governamentais e de Cooperação Internacional

[Veja aqui o folder do evento.](#)



"Indígenas no Brasil: Demanda dos povos e percepções da opinião pública"
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.11.2013

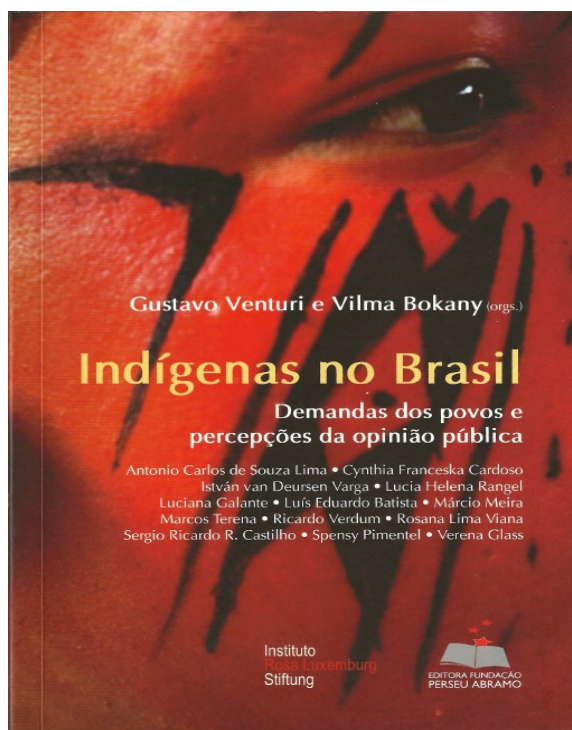
Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Organizado por Gustavo Venturi e Vilma Bokany e lançado pelo Instituto Rosa de Luxemburgo e Fundação Perseu Abramo, *Indígenas no Brasil: Demanda dos povos e percepções da opinião pública* tem dois níveis de importância para nós.

Primeiro, trata-se de uma pesquisa extremamente rica, realizada pela FPA ao longo de 2010 e 2011, envolvendo três grupos distintos – lideranças indígenas que continuam na luta no território; índios não-aldeados ou de periferias urbanas; e população não-indígena – e suas opiniões sobre a realidade indígena no Brasil de hoje.

Esse material é mostrado em tabelas ricas e bem cuidadas, que fornecem material para as nossas reflexões, das páginas 185 a 262 do livro.

Mas os organizadores foram além e nos forneceram um segundo presente: um primeiro



olhar sobre esses dados, traduzido em artigos escritos por pessoas que são consideradas especialistas na questão no Brasil, mesmo que nem sempre concordemos com todas as opiniões publicadas. É assim que encontramos, pela ordem, os organizadores introduzindo a questão em "Indígenas no Brasil: Estado nacional e política públicas", seguidos de:

A justiça e os direitos dos povos indígenas – por Ricardo Verdum

O movimento indígena como voz de resistência - Marcos Terena

Povos indígenas, preconceito e ativismo político - Antônio Carlos de Souza Lima e Sergio Ricardo Rodrigues Castilho

Violação dos direitos humanos e a luta pela terra Guarani-Kaiowá - Spensy Pimentel

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

Direitos indígenas no Brasil: reveses, avanços e contradições – Mário Meira

A presença indígena nas cidades – Lucia Helena Rangel, Luciana Galante e Cynthia Franceska Cardoso

PAC 2: acelerando a tristeza na Amazônia – Verena Glass

Saúde da População indígena – István van Deursen Vargas, Luís Eduardo Batista e Rosana Lima Viana.

Fora estas rápidas informações, posto abaixo um vídeo feito pela Rosa de Luxemburgo no lançamento do livro, que bem poderia ter sido editado (inclusive cortando minutos de falhas de microfone), mas, de qualquer forma, traz as falas de alguns dos autores e outras mais, enriquecendo estas rápidas informações.



GUARAPUAVA - Falta de espaço para acolher índios é tema de reunião

SÍTIO MP PR, 11.11.2013

A falta de uma “casa de passagem” para acolher os índios que vão até Guarapuava, município do Centro-Sul do Paraná, vender artesanato foi tema de uma reunião realizada na cidade, na última terça-feira (6/11). Uma das propostas analisadas é a utilização de um centro de formação, pertencente à Igreja Católica, para receber os indígenas, já que a construção de uma unidade específica demandaria tempo.

A dificuldade para a utilização do espaço existente é a distância em relação ao centro da cidade, onde normalmente os índios vendem seus produtos. Para resolver esse problema, foi sugerido que os índios tenham passe livre no sistema de transporte de Guarapuava. Ao final da reunião, ficou acertado que a possibilidade de oferecer transporte gratuito aos índios será analisada e, se a questão for superada, outra reunião será marcada, agora com a presença dos responsáveis pelo centro de formação que poderia receber os índios.

A reunião contou com a participação do promotor de Justiça Régis Rogério Vicente Sartori, do CAOP de Direitos Humanos, de Ana Beatriz Paraná Mariano, assessora da Área das Comunidades Indígenas do CAOPDH do MP-PR; da promotora de Justiça Caroline Chiamulera, que atua na comarca de Guarapuava; de Urbano Guzzo, representante da Funai no município; de Fábio Farés Deckel, procurador-geral do município de Guarapuava e do secretário de Habitação e Urbanismo do município, Flávio Alexandre, além de representantes da Aldeia Manoel Ribas e do Núcleo Regional de Educação, entre outros órgãos.

Informações para a imprensa com:

Assessoria de Comunicação

Ministério Público do Paraná

(41) 3250-4228 / 4439



Índios têm acesso à internet e oficinas digitais

SÍTIO A NOTÍCIA MT, 11.11.2013

Por meio de uma parceria entre as Secretarias de Estado de Esportes e Lazer (Seel) e de Ciência e Tecnologia (Secitec), foi possível a implantação da Oca Digital, um espaço para que os 1,6 mil indígenas competidores dos XII Jogos Indígenas possam acessar a Internet.

O espaço também é usado para troca de conhecimentos livres e experiências no universo da tecnologia e comunicação. Mais do que acesso à internet, os participantes ainda devem comparecer a oficinas para se atualizarem sobre os assuntos que permeiam o mundo digital. A intenção é que os indígenas usem o espaço principalmente para informar o mundo sobre as discussões que permeiam o evento.

A Secitec doou para a Seel quatro kits, cada um deles composto por 11 computadores, mesas e cadeiras. "A oca digital é uma idéia interessante para os índios terem acesso à pesquisa e a interação com os não índios", comentou o secretário de Ciência e Tecnologia, Rafael Bastos. O secretário Ananias Filho, titular da Seel, disse que além dos computadores, foram entregues aparelhos de ar condicionado split e a cedência de técnicos do Núcleo Sistêmico de ambas as pastas para instalar os equipamentos na oca digital. "A oca digital é fruto do trabalho conjunto das duas pastas", destacou.

No Facebook

O índio Xavante Urias Tsumey Wa Tserenhib, 19 anos, aproveitou para entrar no Facebook e no You Tube nos intervalos das apresentações e quando não participava de nenhum jogo. Morador de Campinópolis, ele conta que estuda o Ensino Médio na cidade e dentro da aldeia não é permitido o uso de computadores. "A luz chegou há pouco tempo lá, mas o Conselho Tribal, não permite a internet. Eles vêem que isso é uma forma de enfraquecer a nossa cultura".

Urias diz que antes do jovem sair da aldeia para estudar na cidade é avaliado pelo conselho tribal. A idéia é absorver a educação, a tecnologia dos não índios, mas sem se deixar 'contaminar' pela cultura. Da mesma forma que o jovem xavante procura não interagir com não índios, ele também prefere não deixar que pessoas que não sejam indígenas possam conviver com ele ou visitar a aldeia. Ele faz parte do movimento indígena e fez curso de formação em Brasília em abril deste ano.

Outros jovens das etnias Terenas, Xingu, Caiapó, Erikibatska e Tapirapé também adotam o mesmo caminho dos Xavantes, de conviver com não índios, mas sem perder a identidade cultural.

Fonte: A NotíciaMT

SUSPEITO DE ENCOMENDAR MORTE DE ÍNDIOS EM UNA É PRESO

SÍTIO ILHÉUS 24H, 11.11.2013



Lindomar teria encomendado as mortes.
Foto: PM.

A polícia prendeu, na tarde de sábado (09), Lindomar Araújo Nascimento, de 35 anos. Ele é o principal suspeito de ter encomendado a morte de três pessoas autodeclaradas indígenas na praia de Lençóis, em Una. A cachina ocorreu na noite da última sexta-feira (08), mas os corpos só foram descobertos no sábado.

As vítimas eram moradoras de uma comunidade indígena do Acuípe, litoral sul de Ilhéus. Aurino Calazans dos Santos, 31 anos, Adenilson Vieira dos Santos, 36 anos, Agenor Monteiro Souza, 30 anos, foram assassinados a tiros. Aurino e Adenilson eram irmãos.

Quando foi preso, Lindomar estava acompanhado de uma menor de idade, que teria testemunhado o crime.

Agora, a polícia procura pelos prováveis executores da chacina, que seriam os irmãos Damião Araújo Nascimento, José Carlos Araújo Nascimento e Marcos Araújo Nascimento.

Segundo o blog Una na Mídia, a motivação do crime pode ter sido vingança, já que uma das vítimas feriu Lindomar com golpes de facão, supostamente motivado por ciúmes.



Índios protestam em enterro contra morte de três pessoas na Bahia

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 11.11.2013

O grupo alega que um dos assassinos era indígena, mas estava cooptado por fazendeiros que os ameaçavam por causa da briga por terras na região

Integrantes da tribo Tupinambá fizeram um protesto no domingo (10/11) durante o enterro dos três índios assassinados na noite da última sexta-feira (8/11) em Ilhéus (BA). De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Igreja Católica, o grupo alega que um dos assassinos era indígena, mas estava cooptado por fazendeiros que os ameaçavam por causa da briga por terras na região.

Um cacique da tribo chegou a dizer ao Cimi que enviará à Polícia Federal documentos que provam a ameaça. Em nota, o conselho afirmou que as mortes "contradizem os efeitos da 'mesa de diálogo' imposta pelo Ministério da Justiça para resolver o conflito fundiário na região".



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

Código Solar produz série sobre índios para CineBrasilTV

SÍTIO TELA VIVA NEWS, 11.11.2013

A Código Solar Produções assinou contrato com o CineBrasilTV para a produção de 15 capítulos da série "Expedição Karajá". A série é uma reedição do primeiro longa-metragem do cineasta Marcelo de Paula, justamente sobre os índios Karajás, habitantes da Reserva Indígena da Ilha do Bananal, no Tocantins. A série está programada para ir ao ar em 2014, e a produção foi recém iniciada pela produtora.

Em parceria com a sócia e esposa Carla Mendes, de Paula vem também trabalhando na finalização de mais dois documentários de longa-metragem: "Guerra Não", sobre o pós-guerra da antiga Iugoslávia, nos anos 90, quando o cineasta foi o primeiro brasileiro a entrar no país para documentar os últimos dias de bombardeio da Otan na região; e outro documentário, ainda sem nome, sobre o músico pernambucano Charles Teony, apadrinhado por Alceu Valença e que está em estúdio gravando seu terceiro CD, produzido por Paulinho Rafael, mesmo produtor de Alceu.

A Código Solar ainda continua na captação de recursos para o que considera sua maior realização: a série para a TV "Almanaque Amazônia", de 24 capítulos, em coprodução com o canal Amazon Sat e que pode ter sua primeira exibição nacional no CineBrasilTV.

Da Redação.

MPF debate o direito à consulta prévia com índios Munduruku
SÍTIO CIMI, 11.11.2013



Uma equipe do Ministério Público Federal (MPF) visitou a aldeia Restinga, nas cabeceiras do Rio Tapajós, no oeste do Pará, para um encontro com 62 caciques do povo Munduruku. O objetivo da reunião foi debater o direito à consulta prévia, livre e informada previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além dos líderes de aldeias, estavam reunidos mais de 400 homens, mulheres e crianças na assembleia em que os índios debateram os projetos de hidrelétricas que o governo brasileiro quer fazer em suas terras.

Na reunião, o MPF explicou aos índios o que está previsto nos 44 artigos da Convenção 169, mostrando, entre outras coisas, que o direito à consulta foi instituído visando assegurar a autodeterminação dos povos indígenas e tribais, em oposição às anteriores políticas de assimilação, que buscavam extinguir as culturas e modos de vida diversos daqueles da chamada "sociedade nacional". "Se o governo brasileiro não cumpre a consulta, está agindo de acordo com o tempo que já passou, do assimilacionismo, desrespeitando o direito dos povos à própria existência", explicou o procurador da República Felício Pontes Jr, que esteve na aldeia.

"Não são as pessoas que moram na cidade que podem decidir, somos nós, quem mora dentro do mato, que caça, que pesca, que tem roça", disseram várias vezes os Munduruku durante o debate. "Os brancos falam que tem muita terra para pouco índio e que nós não produzimos riqueza. Nós não entendemos pra que branco quer produzir tanta soja, se no Brasil não se come soja. Nós não entendemos pra que branco quer tanto dinheiro, se não vai poder levar

CONT.



dinheiro quando morrer. Nós não entendemos vocês porque somos diferentes de branco. E queremos continuar assim”, resumiu Ademir Kaba Munduruku.

Ademir Kaba é um dos Munduruku que chegou a estudar na universidade e conhece bem as leis que protegem os direitos indígenas. O assimilacionismo, doutrina que pregava a assimilação dos povos indígenas e tribais às sociedades envoltoras e, portanto, o fim de seus modos de vida tradicionais e diversos, foi abandonado pelos organismos internacionais em 1989, com a aprovação da Convenção 169 pela OIT. A consulta prévia, livre e informada, nesse novo quadro de respeito à diversidade, dá aos povos o direito de decidirem sobre o próprio futuro.

Boa fé

Poucos, entre os mais de 13 mil índios que vivem na região, falam português e, por isso, toda a reunião contou com tradutores Munduruku. A tradução de estudos e informações em língua indígena é uma das condições fundamentais para a consulta prévia, livre e informada. Outra condição presente na Convenção 169 é a boa fé e o respeito ao tempo e ao modo de ser da cultura do povo consultado.

No entendimento do MPF, da maneira como o governo brasileiro vem conduzindo os projetos de usinas na Amazônia, não há intenção de fazer nenhuma consulta realmente prévia. “Só se trata de consulta prévia quando a decisão ainda não foi tomada”, diz Felício Pontes Jr. Para o MPF, os indígenas e ribeirinhos precisariam ser consultados antes da resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que decide os locais dos barramentos. Todas as informações sobre os procedimentos necessários para o licenciamento de uma hidrelétrica e os momentos em que deveria haver consulta foram condensados em um fluxograma que foi apresentado aos Munduruku e pode ser acessado aqui.

Assassinato

“A gente vem lutando desde a morte do nosso parente e os caciques não querem que a gente desista, então a gente vai continuar defendendo os nossos direitos e dos nossos filhos”, disse Maria Leuza Kaba, liderança Munduruku. Ela se refere ao assassinato, um ano atrás, pela Polícia Federal, de Adenilson Kixi Munduruku, da aldeia Teles Pires uma das mais atingidas por projetos de hidrelétricas. Desde então, a situação entre os Munduruku e o governo federal é de extrema tensão. O crime ainda não foi esclarecido e ocorreu durante uma operação que combatia garimpagem ilegal na região.

Além da morte de Adenilson, há grande insatisfação entre os índios com a militarização da região, promovida pelo governo brasileiro. “A gente nunca é avisado quando vem a Força Nacional e a polícia, a gente já se assusta com a zoeira dos helicópteros. Eu não vou parar de lutar, meu irmão foi morto”, relatou João Kixi, irmão de Adenilson. Atualmente 300 homens da Força Nacional estão baseados em Jacareacanga, a cidade mais próxima. Eles são constantemente acusados pelos índios de fazer incursões em terra indígena.

Em resposta, os Munduruku já ocuparam e paralisaram duas vezes os canteiros de obras de Belo Monte para reivindicar o respeito ao direito da consulta prévia e se posicionar contra as

CONT.



usinas. Eles também expulsaram de suas terras pesquisadores que trabalhavam nos Estudos de Impacto Ambiental das hidrelétricas.

A consulta prévia é uma obrigação do governo brasileiro, assumida com a ratificação da Convenção 169 em 2004, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas não cumprida até hoje em nenhum empreendimento que afeta terras indígenas e de populações tradicionais. No caso das usinas previstas para a bacia do Tapajós, assim como no caso de Belo Monte, não houve consulta prévia.

SS

O MPF tem ações judiciais para obrigar a realização da consulta para as usinas São Luiz do Tapajós, São Manoel e Teles Pires. Todas as ações têm decisões favoráveis da Justiça, mas os projetos continuam sendo tocados com base no instituto da Suspensão de Segurança (SS) – em que presidentes de tribunais suspendem decisões sem tomar conhecimento dos processos judiciais, por razões de ordem econômica. Esse instrumento jurídico-processual foi originalmente instituído em 1964, pelo governo militar, para assegurar a supremacia dos interesses do regime sobre os direitos sociais e fundamentais. Modificado em 1992, segue em vigor, sendo utilizado pelos governos democráticos para os mesmos fins e com muita frequência quando se trata de violações de direitos indígenas.

Atualmente estão previstas ou em construção nove usinas nessa que é uma das principais bacias hidrográficas amazônicas, com barramentos no Tapajós e em seus formadores Juruena, Apiacás e Teles Pires. De todos os grandes rios da bacia, apenas o Jamanxim ficaria livre de barramentos, de acordo com declarações de autoridades governamentais em Brasília, pelo menos por enquanto.



Governo suspende demarcação de terras indígenas no sul

SÍTIO CEDEFES, 11.11.2013

Áreas indígenas já definidas e prontas para serem demarcadas na região do Rio Grande do Sul e Santa Catarina tiveram sua legalização suspensa pelo governo de Dilma Rousseff. Rapidamente a presidente rendeu-se aos argumentos dos agricultores, que realizaram um protesto ontem (06 de novembro), fechando estradas no sul e exigindo do governo a suspensão do processo. Nunca um protesto foi tão efetivo em tão pouco tempo. Segundo Dilma, novos estudos serão feitos nas áreas. Com isso, ela pretende aliviar o clima de tensão que existe hoje no sul. Aliviar para quem? Essa seria a pergunta crucial!

Na queda de braço entre proprietários de terra e indígenas, raramente os indígenas saem vencedores. Roubados de suas terras desde a invasão em 1500, sistematicamente os povos originários foram sendo atacados, dizimados e humilhados. Na região sul do Brasil, boa parte dos povos autóctones que viviam no litoral se deslocaram para o interior, juntando-se a outras etnias que ali já viviam, como os kaingang e os xokleng.

Já no século 18, com a abertura de caminhos para a passagem das tropas que iam e vinham de São Paulo ao Rio Grande, então Província de São Pedro, os indígenas enfrentavam os brancos em batalhas fortuitas. Mas, foi só no século XIX, com o processo de migração de famílias europeias, que todos esses grupos começaram a enfrentar com mais frequência a captura, assassinato e consequente tomada das terras.

No caso da região que hoje configura o oeste de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, essa nunca foi uma terra sem gente, daí a necessidade de uma política de extermínio por parte do governo. Tudo isso foi levado a cabo. Os chamados "bugres" eram caçados como bichos e os que não aceitavam a "civilização" eram mortos.

Os poucos que sobraram foram sendo confinados em aldeias, onde permanecem até hoje, tutelados e tratados como seres de segunda categoria. Considerados naquele então um obstáculo para o "crescimento econômico" do estado e do país, eles passaram de legítimos donos das planuras a quase mendigos. Com o passar do tempo, esses indígenas que resistiram ao massacre foram sendo esquecidos. Cada imigrante que chegou para "desbravar" o interior foi cercando a área onde fincou raízes e as terras começaram a ser tituladas. O que era campo de liberdade para os originários passou para a "propriedade" de alguns.

Esse deve ser o caso das mais de 30 mil famílias – segundo Fetrat-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul) – que vivem em terras já definidas como indígenas no Rio Grande do Sul e das outras 300 famílias que ocupam área indígena em Santa

CONT.



Catarina. Possivelmente todas essas famílias que hoje vivem na área que foi delimitada como “terra indígena” compraram suas propriedade de boa fé, têm escritura e tudo mais. Só que os indígenas também reivindicam esse território desde a invasão. Logo, se for aplicada a Justiça, não pode haver dúvidas de que quem ocupava o território primeiro eram os povos originários.

O debate que as entidades que representam os agricultores fazem é que a maioria dessa gente é pequeno produtor e não sabe fazer outra coisa na vida que não seja plantar. Sem as terras, eles morrem. O argumento é forte, mas se for aplicado aos indígenas, também deveria ter a mesma força. As famílias originárias que hoje reivindicam a área passaram gerações e gerações sofrendo o assassinato, a fome, a miséria, o medo, o terror. Da mesma forma que as famílias – hoje novas proprietárias – também nada mais gostariam de fazer na vida do que viver em paz na sua terra, onde possam plantar e cuidar dos filhos. Qual a diferença, então, entre os dramas?

As áreas no Rio Grande e Santa Catarina já foram vistoriadas e passaram por um longo processo de estudos e burocracias. Está mais do que provado de que são terra originária, portanto é de direito que sejam devolvidas aos indígenas. Mas, agora, o governo diz que vai fazer novos estudos. Paz para os agricultores, mais dor para os índios.

O fato é que com a demarcação as famílias que compraram as terras, muitas delas com registro desde o ano de 1919, não ficariam desamparadas. Todo o processo de demarcação garante indenização àqueles que, de boa fé, compraram terras indígenas. É certo que a situação causa sofrimento a quem construiu toda uma vida num lugar. Esse é o drama da maioria das famílias de agricultores que, com a decisão, precisariam mudar de lugar e até de cidade. São dramas humanos que não podem ser diminuídos.

Mas, humano por humano, os indígenas também vivem mergulhados no drama. E, diferentemente das famílias que puderam viver em paz, plantando e comerciando seus produtos por anos e anos, os indígenas tiveram de passar todo esse tempo em aldeias mal arranjadas, muitas vezes passando fome e sem poder garantir de maneira autônoma sua existência.

Conforme reportagem produzida por Ibiapaba Netto, em 2008, na revista Planeta (<http://revistaplaneta.terra.com.br/secao/reportagens/indios-x-agricultores-campo-minado-em-santa-catarina>), a história da compra dessas terras segue a rota do roubo perpetrado pelo próprio estado ao longo do processo de colonização. Segundo ele, as vendas das terras, na parte catarinense, foram feitas pela Companhia Territorial Sul Brasil, que era um braço privado dentro do estado.

Era a empresa que fazia as vendas para os imigrantes que chegavam da Europa acreditando entrar numa terra vazia. Daí que a lógica seria garantir às famílias, hoje proprietárias, uma indenização que cobrisse todo o patrimônio e não apenas as benfeitorias. Afinal, a maioria dessa gente foi enganada pelo próprio estado. Sendo assim, a batalha que hoje está sendo travada entre os índios e os agricultores tem vítimas dos dois lados.

CONT.



O governo, que deveria assumir a responsabilidade por todo esse imbróglio criado há séculos, acaba por fomentar ainda mais a separação dos dois grupos que se enfrentam como inimigos. E, agora, com a suspensão da demarcação, bota ainda mais lenha na fogueira. Se diminui a tensão entre os agricultores, aumenta no lado indígena. Talvez aposte na fragilidade dos originários que, comparados aos atuais donos das terras, seguem em absoluta desvantagem, seja no campo jurídico, na correlação de forças e no imaginário coletivo.

Desde o início do processo de luta por demarcação das terras originárias, todos os dias, as emissoras de televisão regionais e estaduais disseminam o ódio aos índios. Em quase todas as notícias relacionadas com o tema, os indígenas aparecem como os "invasores", os "vagabundos", os que querem "impedir o progresso", os "selvagens" que não precisam de terras porque não trabalham.

Esse estereótipo do índio está consolidado no imaginário popular e segue sendo fortalecido pelas usinas ideológicas que são os meios de comunicação. Daí ser tão difícil fazer o debate sobre o tema de forma tranquila. Criou-se na maioria da população, que é não-índia, a ideia de que os índios não precisam dessas terras, que deveriam se contentar com suas reservas e as cestas básicas dadas pelo governo.

É, na verdade, a continuidade, a perpetuação da ideia primeira dos portugueses e espanhóis que aqui chegaram e passaram por cima das milhares de criaturas que eles acreditavam não ter alma por não falarem sua língua nem viverem da mesma maneira que os europeus. Toda a cultura indígena foi ignorada, bem como a própria humanidade de cada um dos primeiros moradores dessas terras. Aparentemente, apesar das atitudes caridosas eventuais, é o que boa parte da população segue pensando com relação aos índios. São nada, coisas descartáveis, gente não-produtiva, atrapalhos à nação.

No oeste de Santa Catarina essa é a realidade que os xingua e os kaingang vivem desde há séculos. Hoje, muitos deles vagueiam sem rumo pela região, trabalhando de boia-fria, enquanto outros se submetem a humilhação das reservas que não oferecem muita condição de vida digna. Mas, ao que parece, poucos estão interessados nessa realidade. A mídia regional, bem como as forças políticas aliadas ao poder dominante insistem em tornar mais "triste" o destino daqueles que perderão suas terras para entregá-las ao que nominam como "meia dúzia de índios".

Ora, como fazer uma competição para saber qual sofrimento é maior? Haveria ganhadores? Aquele que sofre entende sua dor como a maior do mundo. Não é o caso de fazer concorrência. O fato é que existe uma dívida histórica do estado com relação aos povos indígenas e também com as famílias de agricultores. E o estado deveria fazer tudo para sanar essa dívida sem fazer chantagem com os mais fracos, sem fomentar o preconceito.

Também é importante ressaltar que, na maioria dos casos envolvendo demarcação, os "opositores" não são os pequenos produtores de boa-fé. Mesmo no Rio Grande e em Santa Catarina, muito do que comanda a "luta" anti-demarcação é ação dos grandes fazendeiros e do setor de especulação sobre a terra. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, os indígenas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

precisam enfrentar a sanha de jagunços a soldo dos latifundiários, que matam, violentam e ameaçam as famílias de índios que vivem nas beiras de estradas. E como se isso não bastasse, ainda enfrentam a Justiça, que está sempre do lado dos fazendeiros, e as ameaças de uso da Força Nacional para a realização dos despejos de áreas ocupadas pelos indígenas.

Porque índio quando está quieto é queridinho, mas se ousa levantar-se em luta passa a ser só mais "terrorista, baderneiro" como qualquer outro militante social. Sobre esses dramas a mídia comercial não fala. Sobre essas ações violentas, assassinatos e jagunçagem, nenhuma linha nos jornais. E é assim que vai se formando a opinião pública contra as demarcações. Porque no mundo capitalista não dúvidas de alguns são sempre mais iguais que outros. E assim, a dor! ...

A única saída possível é a indenização justa a quem comprou terra de boa-fé e a urgente demarcação das terras indígenas para que essa gente que anda vagando pelos caminhos desde o fatídico 1500 encontre finalmente morada e possa viver sua vida em paz.

Fonte: Elaine Tavares – Palavras Insurgentes



Três Tupinambá são assassinados na Bahia, em contexto de disputa fundiária
SÍTIO CEDEFES, 11.11.2013

Três indígenas Tupinambá foram assassinados na noite do último dia 8 de novembro, em uma emboscada, no interior da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, sul da Bahia. As vítimas – Aurino Santos Calazans (idade não confirmada), Agenor Monteiro de Souza Junior (30 anos) e Adenilson Vieira dos Santos (36) – foram atacadas a tiros e golpes de facão por quatro homens, que se aproximaram em duas motocicletas. A esposa de Aurino, conhecida como Nega, também se encontrava no local do ataque, mas conseguiu escapar. Ela descreveu um ataque brutal – um dos indígenas foi encontrado com a lâmina de um facão enterrada no olho.

De acordo com o cacique Valdenilson Oliveira dos Santos, os indígenas assassinados moravam na fazenda São José, localizada na região conhecida como Mamão, porção sul da TI. Na fazenda, retomada pelos Tupinambá em 22 de junho último, viviam seis famílias indígenas, que se dedicavam principalmente à coleta e comercialização de piaçaba.

A emboscada teria sido realizada à beira de uma estrada vicinal, quando os indígenas retornavam à fazenda recuperada, após comprarem mantimentos. Os Tupinambá denunciam que o ataque foi realizado por pistoleiros contratados por um ou mais fazendeiros contrários ao reconhecimento dos direitos territoriais dos indígenas. Ainda segundo eles, as investigações policiais têm sido conduzidas desconsiderando os prováveis vínculos entre os assassinatos e a luta dos indígenas pela terra.

Desde 20 de agosto, por determinação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, agentes da Força Nacional de Segurança encontram-se no território Tupinambá, com o alegado objetivo de frear os conflitos decorrentes da disputa fundiária. Sua presença, contudo, não vem coibindo a violência contra os indígenas. Em 24 de agosto, indígenas que vivem na zona urbana de Buerarema tiveram suas casas e bens pessoais incendiados.

Em 3 de setembro, um indígena foi morto a tiros, em uma fazenda que fora retomada havia pouco, localizada na região da Serra das Trepes, também no interior da TI. Na ocasião, o Ministério Público Federal (MPF) requisitou à PF em Ilhéus a instauração de um inquérito. Transcorridos mais de dois meses do homicídio, a PF ainda não apresentou qualquer informação sobre o avanço das investigações.

Além disso, os indígenas denunciam que agentes da Força Nacional de Segurança têm promovido buscas irregulares em moradias localizadas em áreas retomadas – confiscando instrumentos de trabalho, como facões, enxadas e foices – e têm atuado como “polícia privada” de fazendeiros.

CONT.



Omissão do governo federal

Os recentes acontecimentos são consequência direta da omissão do governo federal. Há um ano e seis meses, o processo administrativo de demarcação da TI Tupinambá de Olivença encontra-se sobre a mesa do ministro da Justiça. Em 5 de abril de 2012, a Consultoria Jurídica do ministério manifestou-se pela aprovação dos estudos elaborados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) – que comprovam, de forma conclusiva, a tradicionalidade da ocupação do território tupinambá.

Caberia então ao ministro assinar uma portaria declaratória, encaminhando o processo para suas etapas finais. O prazo legal para tanto, conforme o Decreto 1.775/96, que regulamenta a demarcação de TIs, é de 30 dias. Questionado sobre sua inação, o ministro limitou-se a afirmar que o processo “está em análise criteriosa”.

O processo de identificação da TI Tupinambá de Olivença teve início em 2004, como resultado de prolongada pressão por parte dos indígenas. Cinco anos depois, a Funai aprovou o relatório circunstanciado que delimitou a TI em cerca de 47 mil hectares, estendendo-se por porções dos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, no sul da Bahia.

De acordo com dados da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para 2009, cerca 4.700 Tupinambá vivem na área. Somente após a assinatura da portaria declaratória o processo poderá se encaminhar para as etapas finais, incluindo o pagamento das indenizações devidas aos ocupantes não indígenas e o reassentamento daqueles que têm perfil de cliente da reforma agrária.

Em face da ilegal e abusiva demora no processo de demarcação da TI, o MPF propôs ações civis públicas responsabilizando o Estado por não cumprir sua atribuição legal de proteger os direitos indígenas, conforme determinam a Constituição Federal de 1988 e tratados internacionais de que Brasil é signatário, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em 25 de setembro último, o ministro da Justiça e o governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), reuniram-se com lideranças indígenas e pretensos proprietários rurais em uma “mesa de diálogo”. Extrapolando suas atribuições legais, Cardozo, reportando-se aos indígenas em outra ocasião, condicionou a assinatura da portaria declaratória à não realização de retomadas de terras e à celebração de “acordos” entre índios e não índios, prevendo inclusive a alteração dos limites da TI, reduzindo sua área.

Note-se que as “mesas de diálogo” são um mecanismo que o governo federal tem adotado em regiões de ocupação tradicional indígena onde há forte presença do agronegócio, como parte de uma estratégia que busca atrasar ao máximo a demarcação de TIs, em um quadro de aproximação cada vez maior entre o governo e os interesses ruralistas.

A paralisação do processo de demarcação da TI Tupinambá tem dado margem ao acirramento do conflito entre índios e não índios contrários à demarcação. A recente escalada da violência

CONT.



teve início na noite de 14 de agosto, quando um caminhão que transportava estudantes da Escola Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro, na porção mais interior da TI, foi alvejado em uma emboscada. Ninguém foi baleado, mas estilhaços de vidro feriram Lucas Araújo dos Santos (18 anos) e Rangel Silva Calazans (25), no rosto e no peito.

Nos dias subsequentes, não índios atearam fogo em veículos de órgãos públicos e em um ônibus escolar. Desde então, os Tupinambá vêm recebendo ameaças cotidianas e tiveram parte de sua produção agrícola (cacau e farinha de mandioca) roubada; não-índigenas que os apoiam sofreram tentativas de linchamento; comerciantes identificados com os índios tiveram suas lojas atacadas.

Por razões de segurança, os indígenas têm restringido sua movimentação, o que impede o acesso a serviços de saúde e acarreta significativos prejuízos econômicos, ao impossibilitar a comercialização da produção agrícola.

Uma longa história de violência

Quando tratam de reconstituir sua trajetória como povo, os Tupinambá referem-se a uma longa (e subterrânea) história de violência expropriatória, pontilhada por aldeias extintas em massacres, devastadoras enfermidades contagiosas, estupros e tomas de terras. Aludem a casos como o de uma jovem indígena, Estelina Maria Santana (1914-1988), que, ainda moça, foi surrada por policiais para que delatasse o paradeiro de indígenas que resistiam à penetração dos não índios em seu território, no que ficou conhecido como o levante do caboclo Marcellino.

Recordam, ainda, a sina de diversos indígenas que desapareceram a mando de coronéis, sepultados em covas nas matas ou lançados em rios e lagoas. A violência, para os Tupinambá, está inscrita no território. Mencionando o rio das Caveiras e o rio da Sepultura, alguns indígenas enfatizam como certos topônimos são muito pouco sutis a respeito das matanças que ali tiveram lugar.

Por meio dessas narrativas, eles põem a descoberto o uso da violência na “construção” das fazendas, compreendidas não como neutras extensões de terra – em relação às quais os não índios hoje reivindicam posse legítima –, mas como entidades constituídas historicamente, que determinam posições sociais e, no limite, a vida e morte daqueles que com elas se relacionam.

A mobilização dos indígenas pelo reconhecimento de seus direitos territoriais inaugurou um novo capítulo de intensa violência – perpetrada, inclusive, por agentes do Estado. Além de terem sido alvos de emboscadas realizadas por ocupantes não índios, os Tupinambá foram vítimas, principalmente entre os anos de 2008 e 2010, de recorrente violência policial, em que se comprovou a utilização de armamento letal, prisões ilegais de lideranças e tortura (com choques elétricos).

Representantes do poder público – como o deputado federal Geraldo Simões (PT) e a deputada estadual Ângela Souza (PSC) –, em declarações à imprensa regional, contribuem para a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

difusão do preconceito contra os Tupinambá e para a incitação à violência. O radialista Rivamar Mesquita, da Rádio Jornal de Itabuna, também é conhecido por suas frequentes declarações anti-indígenas. Esses fatos têm motivado denúncias por parte de entidades como a Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia e a Anistia Internacional. Em 26 de agosto, foi lançada uma campanha pela urgente conclusão do processo demarcatório.

Fonte: Por Campanha Tupinambá, 10 nov. 2013



Após negociações, índios liberam trecho de linha férrea em Ortigueira

SÍTIO O DIÁRIO.COM, 11.11.2013

Gisele Manjurma

O trecho da via férrea, que foi obstruído na madrugada de sexta-feira (8) por uma tribo indígena, acabou liberado na tarde desse sábado (9), em Ortigueira (a 172 quilômetros de Maringá). A informação foi repassada pela assessoria da América Latina Logística (ALL) ao odiario.com no final da manhã desta segunda-feira (11).

A assessoria divulgou a seguinte nota:

A ALL, América Latina Logística, informa que a via férrea que cruza o Município de Ortigueira/PR, obstruída na madrugada da sexta-feira (08/11) pela comunidade indígena Kaiagang, foi liberada às 17h do sábado (09/11). As operações funcionam normalmente e os volumes referentes ao período de paralização foram remanejados, para atender da melhor forma as necessidades e programações dos clientes.

A companhia ressalta que a responsabilidade por eventual indenização à comunidade indígena ou alteração no traçado da linha férrea que cruza o município de Ortigueira/PR é da União, enquanto proprietária do bem. Em 1986, por meio da RFFSA, a União já indenizou esta comunidade indígena pela utilização da terra.

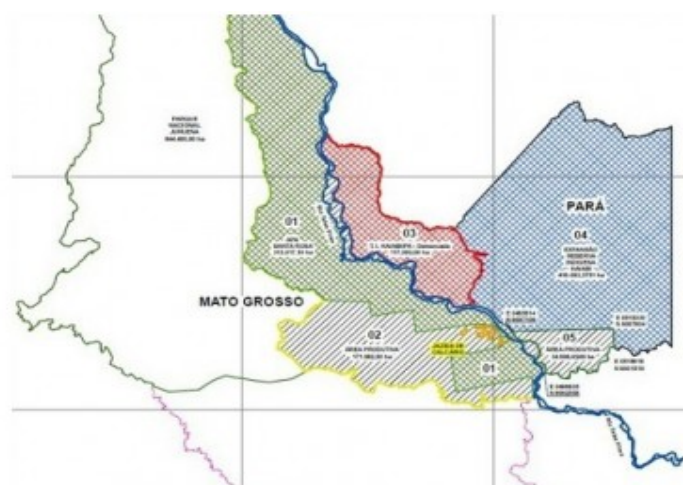
A empresa esclarece ainda que recorreu da decisão proferida na Ação Civil Pública, pois a construção da ferrovia de propriedade da União Federal, antecede o início do contrato de Concessão, no qual a ALL é mera arrendatária do bem, efetuando pagamentos trimestrais por este arrendamento.

Relembre o caso

Mais de 300 índios interditaram um trecho da linha férrea e impediram um trem, com cerca de 130 vagões, de seguir viagem na manhã da última sexta-feira (8), em Ortigueira. A Polícia Militar (PM) informou que a linha férrea passaria por terras que pertencem aos índios e eles teriam impedido o trem de seguir viagem. Ainda segundo a PM, a empresa América Latina Logística (ALL) teria sido condenada a pagar uma indenização de R\$ 11 milhões ao povo indígena que vive naquela região.

Supremo suspende ampliação de terra indígena entre MT e Pará

SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 11.11.2013



Decisão proferida nesta quarta-feira (6) pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal(STF), suspende a ampliação da área da terra indígena Kayabi, na divisa entre Mato Grosso e Pará, até o julgamento do mérito da ação. A ampliação da reserva havia sido determinada por decreto presidencial de abril deste ano, o que motivou embate judicial entre os produtores rurais da região – representados pelo estado de Mato Grosso – e a União – representada por sua Advocacia-Geral (AGU).

A liminar assinada por Fux suspende os efeitos do decreto presidencial que homologou a ampliação da reserva Kayabi de 117 mil hectares para mais de um milhão de hectares. Os municípios mais próximos são Apiacás (a 1.005 km de Cuiabá) e Jacareacanga (no Pará, a 1.162 km de Belém).

A suspensão determinada nesta quarta-feira vale até que os demais ministros do STF se reúnam para julgar o mérito da questão, uma vez que a União não demonstrou interesse em celebrar um acordo capaz de encerrar o impasse. O despacho do ministro Fux impede provisoriamente a anexação de qualquer terra à área atual da reserva indígena, além de inviabilizar que qualquer ampliação seja devidamente registrada em cartório imobiliário.

No final de outubro, a AGU manifestou “ausência de interesse” em relação a um acordo com o governo de Mato Grosso, segundo o qual a ampliação dos limites da terra indígena em cerca de nove vezes “ofende os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade”.

CONT.



Já o ministro Luiz Inácio Adams, da AGU, declarou que os pedidos feitos pelo estado contra os efeitos do decreto presidencial deveriam ser julgados improcedentes. A AGU ainda não se pronunciou sobre a decisão desta quarta-feira.

Terra indígena

A área é destinada à posse permanente dos grupos indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká. Segundo a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), os Kayabi são hoje 2.202 pessoas, todas vivendo em território mato-grossense. Os Apiaká são os menos numerosos, perfazendo uma população de apenas 797 pessoas. Já os Munduruku, espalhados por Mato Grosso, Pará e Amazonas, são mais de 11,6 mil, segundo a Sesai.

A Terra Indígena Kayabi se localiza na confluência do Igarapé das Pedras com o rio São Manoel/Teles Pires e já teve seu tamanho alterado. Criada em 1968, a reserva foi demarcada em 1974 com 47 mil hectares. Treze anos depois foi remarcada até o tamanho atual, mas em 1999 a Fundação Nacional do Índio apontou a necessidade de ampliar ainda mais a demarcação. A PGE argumentou perante a Justiça que a área não era mais habitada por indígenas quando foi demarcada.

Segundo o produtor rural Moisés Prado, que representa as 350 famílias de produtores da região, parte das terras abrangidas pelo projeto de expansão da reserva era do estado de Mato Grosso e foi adquirida há cerca de 30 anos.

“São terras que o estado nos vendeu. Tem o trabalho de nossa vida lá, de 350 famílias”, argumentou o produtor, fazendo apelo para que o governo federal se sensibilize com a situação das famílias prestes a perder suas terras - tal como aconteceu com os habitantes da antiga fazenda Suiá Missú, perto de Alto Boa Vista (a 1.064 km de Cuiabá), demarcada como terra indígena Marãiwatsédé, no nordeste do estado, e que passou por processo de desintrusão com apoio de forças militares há cerca de um ano.

G1



A integração nos Jogos Indígenas

SÍTIO JORNAL BRASIL, 11.11.2013

O Governo Federal sinaliza a superação da antiga e dolorosa chaga que constituiu o tratamento desumano dado aos índios em boa parte de nossa História



Agência Câmara

O Ministério do Esporte está realizando por estes dias um de seus programas mais diletos, os Jogos Indígenas que reúnem uma das matrizes da formação social brasileira. Iniciados em 1996, chegam à 12ª edição, desta vez no Jardim Botânico de Cuiabá, com o maior número de participantes reunidos até agora: 1.600 guerreiros atletas de 48 etnias. Os índios mais se divertem do que competem em dez modalidades esportivas, que incluem as tradicionais em suas culturas, da canoagem ao arco e flecha, porém

assimilam uma paixão da sociedade nacional, o futebol disputado por todos.

Os Jogos são organizados pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC) e patrocinados pelo Ministério do Esporte, contando neste ano com a colaboração dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Cultura, da Justiça e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, além de Infraero, Universidade Federal de Mato Grosso, governo do Mato Grosso e Prefeitura de Cuiabá.

A novidade do certame de 2013 será a presença de delegações de 16 países que vão organizar os primeiros Jogos Mundiais Indígenas, já em 2015, também no Brasil. Tendo o esporte como pano de fundo, gesta-se um festival multinacional em que os indígenas trocam experiências e fortalecem seus laços culturais com vistas à manutenção de sua integridade sem o conflito do isolacionismo. Ao contrário, adotam livremente usos e costumes que mais lhes convêm, tendo acesso às conquistas materiais e espirituais do progresso da Humanidade.

Na perspectiva humanista dessa integração, pregada por brasileiros da melhor cepa, como José Bonifácio, Cândido Rondon, irmãos Villas Boas e Darci Ribeiro, o Governo Federal sinaliza a superação da antiga e dolorosa chaga que constituiu o tratamento desumano dado aos índios em boa parte de nossa História. Constata-se hoje o orgulho da autoidentificação étnica, na medida em que aumenta o número de brasileiros que se declaram descendentes dos aborígenes. Se no Censo de 2000 eram 294.000, no de 2010 subiram para 896.000.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

Com sua enorme contribuição à formação do “povo novo” de que falou Darci Ribeiro, ao lado dos negros africanos e dos brancos europeus, eles são, observadas e respeitadas as peculiaridades étnicas, brasileiros como quaisquer outros.

* ALDO REBELO é Ministro do Esporte



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

Seminário debate sobre alimentação indígena

SÍTIO JORNAL BRASIL, 11.11.2013

Cerca de 60 mulheres, representantes de várias etnias, discutem costumes alimentares e situação nutricional nas aldeias.

Mulheres indígenas de diversas etnias e de todas as regiões do país reúnem-se com representantes do governo federal, em Brasília, para discutir a segurança alimentar e nutricional nas aldeias e promover a troca de experiências, práticas e saberes entre as diferentes culturas alimentares. O Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional será realizado entre terça e quarta-feira e terá a presença de 60 mulheres indígenas.

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnaldo de Campos, participa do encontro na quarta-feira (13) pela manhã. Organizado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o seminário ocorre a partir das 8h, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Para acessar a programação preliminar, clique [aqui](#).

Serviço

Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional

Quando: terça (12) e quarta-feira (13), a partir das 8h

Onde: Sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura(Contag), SMPW Quadra 1, Conj 2, Lote 2 - Núcleo Bandeirante

*Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Fonte: Portal Brasil*

Seminário em Brasília reúne mulheres indígenas das cinco regiões

SÍTIO REVISTA ECOLÓGICO, 11.11.2013



Mulheres indígenas de cinco regiões do país irão participar - Foto: Reprodução

Nesta terça e quarta-feira (12 e 13) acontece em Brasília o Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional, encontro que reunirá 60 mulheres indígenas - de diversas etnias e das cinco regiões do país.

O evento, que ocorre a partir das 8 horas, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), no Núcleo Bandeirante (DF), é promovido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Além de abordar a segurança alimentar e nutricional das mulheres indígenas, o evento também vai promover a troca de experiências, práticas e saberes entre as diferentes culturas alimentares indígenas, dar visibilidade ao papel das mulheres indígenas e promover o diálogo entre os órgãos do governo federal que tratam do assunto.

Para selecionar as participantes, o Consea pediu indicações das entidades indígenas com assento no conselho e fez a escolha mediante critérios que contemplassem as cinco regiões do país e preservassem a diversidade de etnias.

Foram convidados para o evento os ministros da Justiça, Saúde, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Políticas para Mulheres, Direitos Humanos e Secretaria Geral e Supremo Tribunal Federal, além de integrantes da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional no Congresso Nacional.

Entre os apoiadores do evento estão a Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e ONG Oxfam Internacional.

A programação oficial ainda depende de algumas confirmações. Assim que for concluída, será divulgada nos informativos do Consea.

Serviço

Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional

Dias: 12 e 13 de novembro (terça e quarta-feira)

Horário: a partir das 8 horas

Local: Sede da Contag, SMPW Quadra 1, Conj 2, Lote 2, Núcleo Bandeirante (DF)

Agricultores quilombolas de todo o País ganham reforço no processo produtivo
SÍTIO PORTAL AFRICAS , 11.11.2013



Famílias remanescentes de quilombos de todo o Brasil têm, desde 1º de novembro, mais um parceiro na emissão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agora, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) faz parte da lista de órgãos emissores da DAP para esse público.

O documento é um instrumento de identificação do agricultor familiar e permite que ele acesse as políticas públicas do Governo Federal. Os sindicatos de trabalhadores rurais e as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) já faziam esse trabalho junto às famílias quilombolas. A estimativa é que existam mais de 200 mil famílias quilombolas em todo o País – dessas, aproximadamente 37 mil possuem DAP.

A expectativa é que esse número seja universalizado. “Temos a perspectiva de ampliar o número de famílias beneficiadas dentro de um processo de fortalecimento da organização das comunidades, de inclusão no processo produtivo, de fortalecimento do processo de soberania e segurança alimentar e nutricional. A entrada do Incra tende a reforçar esse esforço do Governo Federal para assegurar que as famílias quilombolas cheguem às políticas públicas”, afirma o coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira.

Para que a família possa ter sua Declaração, é necessário, segundo a Portaria nº 90, de 31 de outubro de 2013, que ela tenha sido certificada pela Fundação Cultural Palmares – MinC (FCP),

CONT.



importante parceira nesse processo. Essa portaria corrige a de número 102, de dezembro de 2012, que não especificava como beneficiado o público quilombola. De acordo com o diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da FCP, Alexandre Reis, as certidões de autodefinição emitidas pela Palmares são o nascedouro das comunidades quilombolas para o Estado brasileiro e, além de conferir visibilidade ao povo negro ainda marginalizado, o documento é a porta de entrada para programas sociais do Governo Federal.

“Mais de 90% das comunidades quilombolas certificadas pela FCP localizam-se em zonas predominantemente rurais e, nesse sentido, a DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas. A inclusão do INCRA dentre os emissores possibilitará, a médio prazo, a otimização do número de emissões e, por consequência, a universalização deste documento.

Trata-se de mais uma ação do Governo Federal visando à inclusão social das comunidades quilombolas”, analisa Reis. Edmilton Cerqueira também acrescenta que o MDA fará mutirões específicos em que as famílias remanescentes terão a oportunidade de retirar a DAP. “O Governo vem fazendo uma série de ações para universalizar esse importante instrumento e o Incra só vem somar a esse esforço”, diz.

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e a Fundação Cultural Palmares – MinC (FCP) são parceiros do MDA e Incra nessa ação. Dentre as políticas públicas que os quilombolas poderão acessar com a DAP, estão o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e serviços de Ater.

Fonte: MDA

Quilombolas pedem regularização de remédios fitoterápicos, em Goiás

SÍTIO DESTAKI NEWS, 11.11.2013

Produção é principal fonte de renda da comunidade do Cedro, em Mineiros. Eles denunciam que empresas de cosméticos utilizam matéria prima ilegal



A comunidade quilombola do Cedro, em Mineiros, no sudoeste de Goiás, cobrou, em audiência pública com representantes do Ministério Público Federal, a regulamentação de uma de suas principais fontes de renda: a produção de remédios fitoterápicos, com base em raízes e ervas medicinais.

Ao todo, são produzidas mais de 90 fórmulas, dentre xaropes, pomadas e até xampus. Segundo a quilombola Ângela dos Santos Moraes, parte do material usado nas fórmulas vem de sua horta, localizada no sítio da família, um pedaço de terra com 10 hectares. "Desde a alface, a cenoura, beterraba couve, Santa Maria, hortelã. Tem tudo o que a gente usa na fabricação dos medicamentos", conta.

Além da falta da regulamentação, a atividade esbarra nas exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). "As comunidades querem dialogar com a Vigilância Sanitária, querem cumprir as exigências que a Vigilância Sanitária vier a fazer. Mas, a gente precisa que essas exigências sejam razoáveis, que sejam adequadas à realidade cultural, social, econômica e ambiental em que essas comunidades estão", afirma o procurador do Ministério Público Federal, Wilson Rocha.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2013

Brasília, 11 de novembro de 2013.

Os quilombolas também cobram o cumprimento da lei de repartições, que protege o quilombo da exploração comercial indevida. Os membros da comunidade denunciaram que empresas de cosméticos vêm utilizando matéria prima do cerrado sem o pagamento para as comunidades, o que é previsto na legislação.



Fonte:G1-GO